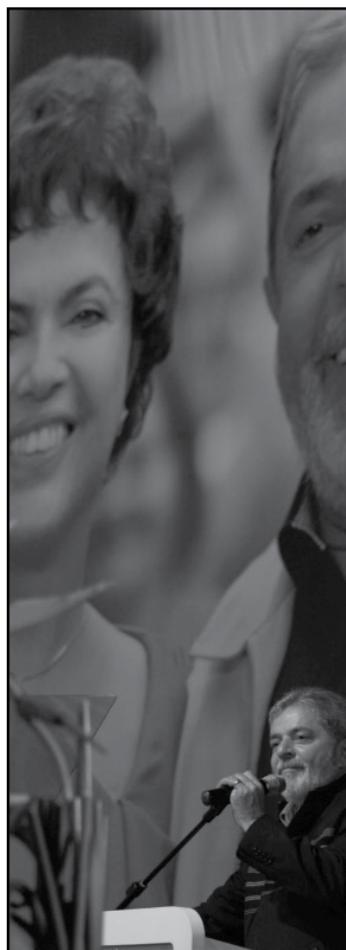


Qual “projeto de país”?

Entre o gradualismo reformista e as contradições estruturais do país

por DANIEL MATOS



Assentado sobre o ciclo de crescimento na economia internacional de 2003 a 2008, Lula se fez conhecido por ter implementado uma política social capaz de diminuir a miséria e a pobreza extrema do país, terminando seus oito anos de mandato com níveis de popularidade inéditos, reivindicado e inclusive idealizado, ainda que de forma passiva, pela maioria dos extratos mais pobres da população.

Tendo como pano de fundo o declínio histórico da hegemonia norte-americana e as brechas inter-imperialistas que se desenvolvem ligadas a esse processo, o Brasil lulista ganhou nova projeção internacional através de grandes multinacionais instaladas no país, que se transformaram em “global players” – verdadeiras “estrelas” do capitalismo globalizado – competindo pelos primeiros lugares do mercado mundial em determinados ramos da economia, em especial no agronegócio, energia e mineração.

Tudo isso liderado por um presidente de origem social pobre, um retirante nordestino que foi viver como operário fabril na cidade e se constituiu como principal referência política para as organizações mais poderosas do movimento de massas no país.

Essas condições contribuem para a formação de certo “sentido comum” de um Brasil em ascensão, que poderia ser capaz de transformar-se, gradual e lentamente,

em uma grande potência mundial, enfrentando suas profundas desigualdades sociais, localizando-se como uma liderança regional a ser seguida pelos países vizinhos. Ainda mais na medida em que são condições que continuaram a se desenvolver apesar da abertura de uma forte crise econômica mundial. Nas palavras pronunciadas por Dilma no dia de sua posse como nova presidente do país – apoiada no maior sufrágio até hoje conquistado por uma mulher – estaríamos frente ao desafio de avançar pacificamente e evolutivamente para um “país de classe média”, que seria capaz de “extinguir a fome” e conciliaria os interesses “de todos”; que teria como perspectiva a geração de “crescimento sustentado com inclusão social”. Dado o poder político demonstrado pelo lulismo (assim como a “lua de mel” de sua continuadora – Dilma), o país vivencia um clima de euforia alimentando uma ilusão de que as melhorias graduais poderiam se alongar por todo um período histórico. Ou seja, um “senso comum” reformista e gradualista que é todo um “projeto de país”, no qual se assentaram as bases para uma diminuição dos atritos entre as frações burguesas e um profundo sentimento de acomodação e passividade social.

Os êxitos do gradualismo lulista debilitam em grande medida os setores da esquerda, retirando-lhes base social, isolando-os politicamente, ou então os cooptando. Quanto mais forte fica a idéia de que o Brasil pode avançar para uma melhoria gradual das condições de vida, desenvolvendo-se como uma “grande potência” de forma aparentemente independente do imperialismo, mais débil torna-se a ideia de que são necessárias transformações sociais profundas e radicais baseadas na luta revolucionária do proletariado contra a burguesia. Hoje é impossível abrir um caminho sustentado para que a classe trabalhadora emergja como sujeito político independente em perspectiva revolucionária se não for a partir de demonstrar cientificamente que o gradualismo lulista é uma mentira.

Questionando esse “espírito dominante” buscaremos demonstrar que o “Brasil que avança”, o faz, na verdade, à custa da legitimação, da reprodução e do aprofundamento dos problemas estruturais do país, assim como das formas degradantes de exploração e opressão social. Nesse sentido, acumula contradições que cedo ou tarde tendem a vir à tona sob a forma de novas crises econômicas e políticas e novos enfrentamentos entre as classes sociais; abrindo brechas que permitem questionar o “projeto de país” atualmente dominante e lutar por uma transformação revolucionária encabeçada pelos trabalhadores.

Desconstruindo o 1º pilar do gradualismo lulista **UM “PROJETO DE PAÍS” DE CLASSE MÉDIA?**

Os cerca de 12 milhões de empregos criados nos últimos anos segundo os dados oficiais, na maioria precários, assim como os aumentos do salário mínimo, não são medidas que constituem uma condição intermediária entre o abandono da pobreza extrema e a consolidação de uma condição estável de classe média. Pelo contrário, são parte do esquema de acumulação capitalista que se baseia na reprodução estrutural das condições de concentração de terras e miséria no campo, das favelas nas cidades, do racismo contra o povo negro e da sistemática repressão estatal e paraestatal para

submeter dezenas de milhões de pessoas a oscilarem entre o trabalho precário e o desemprego de acordo com os ciclos de expansão e retração da economia.

A concentração de terras e a opressão aos negros: marcas distintivas do capitalismo brasileiro

A realidade da concentração de terras no país não se alterou com o lulismo. Ao se utilizar o Índice de Gini (em que a concentração é maior quanto mais próximo este índice estiver de 1) percebe-se que, entre 1996 e 2006, o Brasil aprofundou sua concentração de terras, indo de 0,856 na década de 1990 para 0,872 dez anos depois.

A ausência histórica de uma reforma agrária minimamente democrática no país constitui a base do desenvolvimento e da reprodução de uma massa estrutural de pobres e miseráveis (exército industrial de reserva) e das favelas, componentes essenciais para a utilização estrutural em escala ampliada do trabalho precário no meio urbano e rural. A reprodução e o aprofundamento das desigualdades decorrentes dessa estrutura social estão atravessados por uma profunda opressão racial que tem suas origens na empresa imperialista de escravização e deportação do povo negro africano para suas colônias em todo o mundo, na utilização da escravidão negra para a acumulação primitiva de capital no Brasil a serviço dos interesses das metrópoles européias, e no papel de pária social ou de “trabalhador de segunda linha” que foi reservado ao negro com o fim da escravidão. A formação das favelas como parte estrutural do desenvolvimento urbano do país a partir da segunda metade do século XIX é inseparável da exclusão do povo negro das principais estruturas de produção que deram lugar ao trabalho assalariado após a abolição e do impedimento de seu livre estabelecimento junto à terra.¹

Na análise do sociólogo José de Souza Martins:

O país inventou a fórmula simples da coerção laboral do homem livre: se a terra fosse livre, o trabalho tinha que ser escravo; se o trabalho fosse livre, a terra tinha que ser escrava. O cativo da terra é a matriz estrutural e histórica da sociedade que somos hoje.²
Segundo Florestan Fernandes:

(...) as condições iniciais de competição foram tais que, em geral, eliminaram o negro e o mulato das atividades mais dinâmicas e onde eram maiores as possibilidades de

1 O próprio surgimento da palavra “favela” com o significado que conhecemos hoje expressa essa profunda relação. Em fins do século XIX, esse foi o nome dado aos morros do Rio de Janeiro nos quais foram viver em condições precárias e irregulares – junto aos negros desabrigados – os soldados que haviam participado das expedições da “Guerra de Canudos” (1896/97), uma revolta de camponeses pobres que lutavam por terra no interior da Bahia, que ficou conhecida por ter resistido a três expedições do Exército, sendo derrotada apenas na quarta expedição, depois de um ano de batalhas. Após o fim da guerra, os soldados que dela participaram ficaram sem receber seus salários e nem tampouco as promessas de moradia do governo. “Favela” era o nome dado a um morro ao sul de Canudos, pelas plantas que ali brotavam, típicas da caatinga, extremamente resistentes à seca. A partir deste episódio, os morros recém-habitados ficaram conhecidos como favelas, em referência à “favela original” (o atual morro da Providência). Em 1948, foi realizado o primeiro Censo nas favelas cariocas. Neste contexto, a Prefeitura do Rio de Janeiro, num documento oficial, afirma: “*Os pretos e pardos prevaleciam nas favelas por serem hereditariamente atrasados, desprovidos de ambição e mal ajustados às exigências sociais modernas*”. Alba Zaluar e Marcos Alvito (org.). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

2 José de Souza Martins, *O Cativo da Terra*, Editora Contexto, 2010. p. 10

ascensão, confinando-os às ocupações mais instáveis e mal remuneradas, e mesmo à desocupação (...) o negro, após a abolição, se viu jogado no mundo competitivo sem ter sido preparado para ele, e enquanto não aprendia suas regras, perdia a concorrência para os imigrantes, sobretudo nas ocupações urbanas. Restava-lhe situações típicas de desemprego disfarçado.³

A combinação entre a concentração de terras e a modernização capitalista do campo, ao mesmo tempo em que reproduziu relações de trabalho e propriedade “semi-capitalistas” (com arrendatários, parceiros, posseiros e pequenos proprietários submetendo-se por múltiplas vias aos grandes proprietários das terras), significou uma contínua expropriação das terras dos camponeses pobres. As transformações econômicas que fizeram com que o país passasse de uma população 70% rural e 30% urbana em 1940 para uma população 81% urbana e 19% rural em 2006 dão-se no marco de ondas massivas de êxodos rurais, alimentando permanentemente a enorme massa estrutural de pobres e miseráveis formada por dezenas de milhões de pessoas.⁴

Entretanto, a situação dos negros dentro dessa realidade nunca foi e continua a não ser a mesma que a dos brancos. Pelo contrário, a reprodução histórica do racismo contra o povo negro se expressa em todos os âmbitos da sociedade. São a maioria esmagadora dos que vivem nas favelas e sofrem com as enchentes. São os que ocupam os trabalhos mais precários, mais pesados e mal pagos.

A reprodução do atraso no campo como pilar do “Brasil moderno”

Na estrutura ocupacional do país cerca de 3,9 milhões produzem para o próprio consumo; e 5,9 milhões são trabalhadores não remunerados.⁵ Esses, somados à parcela rural dos trabalhadores não remunerados (excluindo os setores urbanos nessas mesmas condições), constituem os milhões de camponeses pobres em condições de baixíssima produtividade, em pedaços de terra minúsculos, de baixa qualidade, sem acesso à técnica e ao financiamento estatal. Essas condições obrigam os camponeses pobres a dependerem do trabalho em terras alheias como boias-frias. Na medida em que a agricultura de subsistência e o trabalho assalariado no campo se combinam, essa estrutura social cumpre um papel fundamental na redução dos custos da força de trabalho no campo (que pode prescindir do custo de alimentação e moradia para a reprodução dessa força), e conseqüentemente no esquema de acumulação capitalista e na lucratividade dos proprietários médios e do grande latifúndio.

3 Florestam Fernandes, *A integração do negro na sociedade de classes*, Editora Globo, 2008.

4 Partindo de que as metodologias e os critérios das estatísticas estatais para mensurar as condições de fome e miséria sempre buscam mascarar a realidade, tentando apresentá-la como melhores do que de fato se verifica, segundo os dados do IBGE, em 1977 um contingente de 40,7 milhões de pessoas viviam abaixo da linha da pobreza no Brasil, o que representava 39,6% da população daquela época; e em 1999 esse número subiu para 53,1 milhões de pessoas, representando 34,1%.

Entre 2004 e 2009, as estatísticas apontam para uma diminuição do número de domicílios brasileiros que se encontrava em algum grau da agora chamada “insegurança alimentar” (eufemismo técnico moderno para se referir à fome), caindo de 34,9% para 30,2%. Esse percentual nos revela que, mesmo com todo o crescimento econômico lulista, 65,6 milhões de pessoas residentes em 17,7 milhões de domicílios ainda apresentavam algum grau de fome.

5 Dados extraídos do “Anuário dos Trabalhadores – 2009”; p. 108. Fonte: IBGE/PNAD. Elaboração: Dieese.

Essa estrutura social cumpre um papel essencial no rebaixamento do custo da força de trabalho nas cidades, pois, mesmo mantendo os altos lucros do agronegócio, é capaz de garantir custos mais baixos para a cesta-básica de alimentos no meio urbano.

Ou seja, a produção para o consumo de subsistência, essa forma “pré-capitalista” reproduzida pelo capitalismo brasileiro, termina exercendo um papel estrutural na reprodução das condições precárias de trabalho no país como um todo, criando um vínculo de dependência entre a precariedade no campo e na cidade como pilar de sustentação do que há de mais avançado na indústria moderna e no agronegócio.

As favelas e o desemprego estrutural como pilares do trabalho precário

Levando em consideração apenas as principais regiões metropolitanas do país, ao final de 2010 o contingente total de desempregados era estimado em 2,35 milhões de pessoas. Entretanto, se consideramos o total de desempregados em todo o país – incluindo também o interior –, mesmo partindo das estimativas oficiais de que em 2010 houve criação de 2 milhões de postos de trabalho, o montante total de desempregados nesse ano girou em torno de 6,53 milhões.⁶

Entre 2000 e 2010, o número de brasileiros que moram em favelas caiu 16%. Esse percentual representa uma queda de 31,5% para 26,4%, ou, em termos absolutos, 10,4 milhões de pessoas. Mesmo assim em 2010, 54,6 milhões de pessoas ainda viviam em favelas, determinando a realidade dos milhares de mortos e desabrigados anualmente pelas enchentes.⁷

Esses dados demonstram que, mesmo com todo o crescimento econômico (com diminuição do desemprego, aumento da renda média e redução da pobreza extrema) que caracterizou o lulismo, o desemprego estrutural e as favelas estão organicamente ligados à ampliação do trabalho precário como parte estrutural do capitalismo brasileiro. Essa relação se estabelece na medida em que a competição gerada pelo exército de mão-de-obra desempregada pressiona para baixo o custo de reprodução da força de trabalho; e as condições precárias e irregulares de moradia contribuem para viabilizar esse rebaixamento ou isentarem os capitalistas de terem que arcar com os custos de uma moradia digna nos salários pagos aos trabalhadores.⁸

6 “Comunicados do IPEA”, n 41, 10 de março de 2010. “Emprego e oferta qualificada de mão de obra no Brasil: impactos do crescimento econômico pós-crise”. O intelectual Cláudio Dedecca, economista da Unicamp e especialista em questão agrária, explica essa relação entre o desemprego nas metrópoles e no interior do país: “(...) ocorre que, para além da heterogeneidade, a sociedade continua fundada num contraste muito forte, cuja origem está no setor agrícola. (...) o agronegócio, com a força financeira, vai ordenando a produção agrícola segundo seus interesses exclusivos, destruindo ocupações e alimentando a migração (...) No mercado de trabalho, as cidades com mais de um milhão de habitantes representam quase ¼ da população economicamente ativa. Mas, atenção: as cidades com menos de 50 mil habitantes equivalem a algo como 35%. É interessante notar que é reproduzida, nessa estrutura urbana, não apenas a metrópole e as médias cidades, mas também os pequenos municípios. A precariedade social se inscreve, com características específicas, nesta estrutura como um todo”. “O trabalho no campo e a raiz dos contrastes”; entrevista com Claudio Dedecca; publicada em julho de 2008 pelo site EcoDebate.

7 Dados do relatório da UN-Habitat, agência da ONU (Organização das Nações Unidas) para assentamentos humanos.

8 Uma relação mais dialética entre campo e cidade na formação do capitalismo brasileiro foi primeiramente apontada por Chico de Oliveira em seu ensaio “Crítica à razão dualista”, no qual questiona as teses do dualismo entre o latifúndio agroexportador e a indústria moderna (no qual seus respectivos desenvolvimentos seriam excludentes) defendida pela CEPAL.

O clientelismo estatal como mecanismo de administração da pobreza

Alguns eminentes intelectuais petistas, como Marilena Chauí, chegam a definir os programas sociais do lulismo como uma “revolução social”. Apesar da real ampliação dos programas sociais nos dois mandados de Lula, basta dizer que, em 2010, toda a assistência social do governo custou não mais que 2,74% do orçamento público federal; enquanto o montante público destinado a juros, amortizações e refinanciamento da dívida foi equivalente a 44,93%. De um lado estão as cerca de 12,7 milhões de famílias beneficiadas pelo “Bolsa Família”, com complementos de renda entre R\$ 22 e R\$ 200. De outro lado estão, segundo cálculos do Presidente do IPEA, Marcio Pochmann, cerca de 10 a 15 mil “contribuintes” (grandes bancos e investidores nacionais e internacionais) que se enriquecem parasitando os recursos do Estado.

Isso se não quisermos comparar com o orçamento federal destinado à saúde (3,91%), à educação (2,89%) à reforma agrária (0,16%) ou à habitação (menos de 0,01%).

Esses dados são uma demonstração cabal de que sai muito barato para a burguesia utilizar o clientelismo estatal dos programas sociais como mecanismo de contenção dos conflitos sociais e amortecimento da luta de classes. Mas essa não é uma descoberta do lulismo. É parte dos conselhos dados pelo FMI e pelo Banco Mundial no marco do chamado “Consenso de Washington” da década de 1990, que o lulismo trata de transformar em “grandes avanços sociais”.

A repressão estrutural como mecanismo suplementar de administração da pobreza

Apesar de todos os “avanços” do lulismo, a administração do estado de reprodução permanente da miséria e da pobreza no campo e na cidade não seria possível se o Estado brasileiro não contasse com instituições de repressão sistemática aos pobres. Esse é um pilar fundamental da “democracia” brasileira.

O pacto de transição “lenta, gradual e pacífica” do regime militar para a “democracia” em que vivemos hoje, na medida em que permitiu a impunidade dos assassinos e torturadores da ditadura, contribuiu para preservar as instituições repressivas que se forjaram durante os “anos de chumbo”, dentre as quais se destacam os “grupos de extermínio” montados para reprimir o movimento operário, os pobres e os negros nas favelas. Grupos esses que hoje perduram através das milícias e bandos armados para-estatais e do ocultamento da violência policial por trás dos supostos “autos de resistência”; ou que se transformaram em “heróis” do novo regime através dos “batalhões especiais” como o BOPE no Rio de Janeiro.

Apesar de todas as “garantias democráticas” formais estabelecidas na Constituição de 1988, o Brasil exhibe os piores índices mundiais de “autos de resistência” (um eufemismo técnico para mascarar a execução de pobres e negros) e conta com a terceira maior população carcerária do mundo (cuja esmagadora maioria é negra), perdendo apenas para os EUA e a China. Através desses mecanismos, a burguesia pode contar impunemente com instrumentos que impõem uma verdadeira “guerra”

de baixa intensidade permanente contra os pobres e negros nas favelas e no campo, como um mecanismo de repressão preventiva e sistemática às profundas contradições sociais determinadas pela pobreza estrutural do país; ou, frente ao “fantasma” da luta de classes, para reprimir as lutas populares que fogem ao controle do regime, como nos recorrentes assassinatos dos que lutam contra o latifúndio e o agronegócio no campo, ou na repressão, nos grandes centros urbanos, aos setores que se rebelam contra a violência policial, as enchentes e as condições degradantes dos serviços públicos na periferia e favelas.

A mega operação militar de ocupação de morros cariocas ao final de 2010 constituiu uma tentativa das classes dominantes de se apoiar na enorme popularidade de Lula para lidar com essas contradições, tendo em vista que constituem um obstáculo permanente à projeção internacional do “Brasil Potência” e ao pleno sucesso da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016, não só como investimentos econômicos, mas também como simbologia política do “país do futuro”.

Assim, o auge da popularidade lulista foi colocado a serviço de uma “reorganização geográfica” do crime organizado no Rio, de forma tal que este não implique em controle territorial ostensivo e armado; garantindo os investimentos imobiliários e infra-estruturais ligados a esses grandes eventos internacionais e “limpando” o cartão-postal do Brasil, que nos próximos anos vai estar ainda mais exposto. Adicionalmente, como “efeito colateral”, a burguesia ainda faz um “balão de ensaio” da utilização das Forças Armadas em larga escala frente a necessidades de “pacificação” interna.

As UPPs, transformadas em eixo central do programa eleitoral de Dilma, constituem uma institucionalização desse sistema repressivo com uma máscara mais “humana”, que na essência combina algumas migalhas econômicas e sociais com a violência policial; e que tem na primeira UPP de Salvador o início de uma tentativa de nacionalização.

A “arte” do gradualismo lulista: como transformar a administração capitalista da pobreza e do atraso em “grandes avanços sociais”

Os aumentos no salário mínimo (que cresceu 54,79% acima da inflação oficial nos oito anos de governo Lula), o crescimento do emprego e dos programas assistenciais, somados à elevação do crédito, constituem em seu conjunto os motores para a elevação do consumo das chamadas “classes C, D ou E” (cujos critérios de definição variam a depender da metodologia utilizada), sobre a qual se assentam as bases materiais para toda a propaganda ideológica de surgimento de uma “nova classe média”.⁹

Entretanto, por trás da artificial divisão da sociedade em faixas de renda, busca-se esconder sua real divisão em classes sociais com interesses antagônicos.

9 A elevação do consumo desse extrato dos trabalhadores com faixas de renda mais baixas só pôde alcançar os níveis comemorados pelos analistas porque está associada a um brutal aumento do crédito oferecido e do endividamento contraído pelas famílias. Segundo o Banco Central, nos últimos cinco anos o número de pessoas com dívidas superiores a R\$ 5 mil, considerando todos os tipos de empréstimo, saltou de 10 milhões para 25,7 milhões. Mas esse total pode ser muito maior, já que desconsidera as pessoas que não movimentam seu dinheiro através de instituições bancárias – cerca de metade da população. Conforme pesquisa divulgada pelo Ipea, 54% das famílias brasileiras têm alguma dívida a pagar, sendo que para cerca de 8,1% das famílias o débito corresponde a até metade do rendimento mensal.

Segundo os dados oficiais mais recentes, em 2007 existiam 59 milhões de trabalhadores assalariados no país. Desse total, 72% (42 milhões) recebiam menos de três salários mínimos. Nessa faixa, de até três salários mínimos, se encontra a maior parte dos integrantes das denominadas “classes C, D ou E”, que constituem a enorme massa de trabalhadores precários do país. Como os próprios ideólogos do governo reconhecem, dentro desse setor social se encontra a maioria esmagadora dos milhões de empregos criados por Lula.¹⁰

Essa gigantesca massa de trabalhadores precários no país cumpre um papel fundamental na redução dos custos da produção capitalista através de distintos mecanismos, dentre os quais podemos destacar: os salários muito aquém do mínimo necessário para a sobrevivência digna de uma família, a terceirização, o trabalho sem carteira assinada e o mecanismo da rotatividade. Apesar das inúmeras manipulações estatísticas que buscam camuflar os monstruosos índices de trabalho informal, segundo os dados oficiais, dentre os 94,7 milhões de ocupados no país (montante que soma assalariados, “autônomos” e proprietários), 56,5% não têm vínculos empregatícios formais, e, portanto, são desprovidos de direitos trabalhistas mais elementares. Obedecendo a um padrão recorrente nos últimos anos, cerca de 16 milhões de assalariados foram demitidos e readmitidos ao longo de 2010, vítimas do mecanismo de rotatividade do trabalho.¹¹

A utilização cada vez mais intensiva e ampliada do trabalho precário no Brasil está ligada à dificuldade que a burguesia até agora enfrentou para atacar diretamente e de forma mais profunda (reformando a legislação) a classe trabalhadora organizada do país. Ainda assim, o governo Lula implementou medidas como a “Lei de Falências” (que retira os direitos dos trabalhadores em caso de fechamento da empresa) ou a lei do Super-simples (que flexibiliza os direitos dos trabalhadores das pequenas e médias empresas), as quais Dilma promete ampliar estendendo o Super-Simples para empresas médias e grandes.

O papel do trabalho precário na lucratividade do esquema de acumulação capitalista de conjunto se expressa na relação entre o crescimento da produtividade do trabalho e a massa salarial na indústria. Segundo o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI), enquanto a produtividade de 2002 a 2010 teve um crescimento acumulado de 24,6%, a massa salarial aumentou apenas 19,4%, significando uma diminuição de 5,1% no custo do trabalho assalariado para a produção industrial nesse período (um aumento da taxa de mais valia).

10 Naquele ano, três salários mínimos representavam R\$ 1.140; enquanto o salário mínimo necessário para sustentar uma família padrão segundo o Dieese – que leva em consideração os preceitos constitucionais – variava entre R\$ 1.600 e R\$ 1.800. Os dados aqui utilizados foram extraídos do “Anuário dos trabalhadores – 2009”, elaborado pelo DIEESE, com o apoio do Ministério do Trabalho e do Emprego. Nesse Anuário são tomadas como referência as pesquisas mais recentes realizadas pelo IBGE, que fornecem a base de dados mais abrangente e mais recente sobre o mercado de trabalho. Também foram utilizados dados do site do Dieese.

11 Dentro dessa parcela de ocupações sem vínculo formal, 10,1 milhões são trabalhadores sem carteira assinada empregados em empresas legalmente constituídas; 25,5 milhões são postos de trabalho em pequenos empreendimentos ilegais não-agrícolas, de tipo familiar; e 17,8 milhões são ocupações em empreendimentos ilegais na agricultura, famílias que vivem de aluguel e que empregam trabalhadores domésticos remunerados. Para aprofundar no tema, ver “Setor de produção e tipo de emprego no Brasil sob a ótica do sistema de contas nacionais – 2000/2007”; Extraído do Boletim “Mercado de trabalho: conjuntura e análise”, publicado pelo IPEA em fevereiro de 2011. Fonte dos dados: Elaboração dos autores a partir dos dados do Sistema de Contas Nacionais (SCN)/IBGE, 2007.

Seria impossível que o lulismo conseguisse transformar suas migalhas em “grandes avanços sociais” se não partíssemos de uma realidade ainda mais atrasada, que foi imposta pelos ataques neoliberais da década de 1990. Assim, os mecanismos da “reestruturação produtiva” que marcaram e se aprofundaram naquele período – a terceirização, a rotatividade, a flexibilização de direitos etc. –, tão criticados pelos petistas enquanto estes eram oposição ao neoliberalismo, sob Lula se transformaram em “virtudes” (de preferência não mencionadas) que permitiram a ampliação do trabalho precário como pilar do crescimento econômico. Essa foi uma das “artes” que constituíram o lulismo, apoiado sobre o prestígio de sua origem popular, a relação orgânica do PT com o movimento de massas (o que significa a convivência da burocracia sindical como “correia de transmissão” dessa ideologia dentro da classe trabalhadora) e o ciclo de crescimento da economia mundial.

Se na cidade é a divisão da sociedade em faixas de renda e o critério de poder de consumo que constituem os mecanismos que servem para camuflar o trabalho precário por trás do discurso de “nova classe média”, no campo esse mesmo papel é cumprido pelo que se convencionou chamar de “agricultura familiar”. O conceito de “agricultura familiar” mistura dentro de um mesmo bojo realidades distintas, mascarando a heterogeneidade própria do meio rural. Encontram-se dentro desse conceito os milhões de camponeses pobres que possuem um pedaço de terra minúsculo e escassos meios de produção; e também se encontram nessa categoria os médios proprietários agrícolas, que, apesar de não serem latifundiários, empregam mão-de-obra assalariada de forma intensiva, possuem terras razoáveis, têm acesso a meios de produção, conseguem financiamento estatal e estabelecem laços com o agronegócio. Assim, através da divulgação de estatística dos valores médios de tamanho das terras, produção, receita, insumos, tecnologia etc., se esconde a realidade do camponês miserável; ao mesmo tempo em que se mascara como “camponês” o que na verdade é o capitalista agropecuário médio que explora o assalariado agrícola em condições ultra precárias, o que constitui a essência de todo o “sucesso” da chamada “agricultura familiar” e toda propaganda sobre a “nova classe média rural”.¹²

Se por um lado um salto de qualidade na massa salarial desta ampla camada precária do proletariado - ou mesmo o impedimento de que essa massa possa ser reduzida em momentos de crise econômica - seria um forte golpe na lucratividade dos capitais aplicados, pois estes não são capazes de competir no mercado internacional sem tais níveis de superexploração, por outro lado, o único método que esses trabalhadores precários podem utilizar para impor semelhante salto é o método da luta de classes; sendo que este não apenas está “por fora” do projeto lulista, como encontra a direta resistência de seus agentes sociais, seja a resistência física da burocracia sindical, seja a ideológica da intelectualidade pseudo progressista.

Haja hipocrisia por parte da propaganda governista e dos “formadores de opinião” petistas, que têm sua “questão social” muito “bem resolvida”, com seus gordos rendimentos de classe média garantidos pelo estado, pelo empresariado e pelas universidades como recompensa aos seus serviços “críticos” prestados ao *status*

12 Segundo o Censo Agropecuário de 2006, foram identificados 4,3 milhões estabelecimentos da agricultura familiar.

Desse total, por um lado, apenas 781 mil captaram recursos financeiros como o tão alardeado PRONAF; e, por outro, cerca de 1,3 milhões declararam não possuir qualquer receita.

quo. Com seu discurso, buscam esconder o papel estrutural que a ampliação das condições precárias de trabalho e da vida tem no capitalismo brasileiro moldado durante a ofensiva neoliberal e aprofundado na “era Lula”.

Dentro das aparências de “evolução gradual e linear” que buscam vender, a questão agrária, a questão negra e a questão urbana aparecem como feridas num corpo aparentemente sadio. Esses problemas estruturais estão na origem das monstruosas desigualdades e deformações que marcam o desenvolvimento do país. A incapacidade da burguesia de encará-los de forma minimamente séria está intimamente ligada ao “projeto de país” que só pode conceber o desenvolvimento de forma dependente e subordinada ao capital imperialista.

Elementos para um debate programático com a esquerda

O PT abandonou até mesmo o programa de reforma agrária restrita às terras devolutas e não produtivas, que poderia coexistir com o agronegócio e o grande latifúndio. Tendo como seu ideólogo indireto o tucano José Graziano, o petismo oficial hoje defende que a reforma agrária é uma coisa do passado, pois vende a mentira de que o desenvolvimento do agronegócio e da “agricultura familiar” será capaz de “incorporar” os camponeses pobres, seja como operários agrícolas ou como pequenos proprietários integrados à cadeia de produção do agronegócio, com demanda garantida pelo mesmo. Uma versão avançada desta conversão “tucana” do programa agrário petista se encontra no novo Código Florestal levado a frente pelo “comunista” Aldo Rebelo, com acordos com boa parte do petismo, incluindo Dilma, apesar de pontuais desavenças. Enquanto isso não acontece, o petismo trata de remediar a miséria e a pobreza com a assistência social (Bolsa Família) e assentamentos parcos e precários como migalhas para cooptar/corromper o MST e conter/administrar a pressão de suas bases.

O programa que a vanguarda do movimento operário deve contrapor ao “projeto de país” na questão agrária não pode se restringir meramente a uma reforma agrária restrita a terras devolutas e uma propaganda abstrata contra os aspectos mais reacionários do agronegócio, como faz o MST. Esse programa, que tenta conciliar as demandas dos sem-terras e dos camponeses pobres com os pequenos capitalistas do campo, que permite ao MST manter seu “apoio crítico” aos governos do PT, não pode mais que ser um obstáculo à mobilização independente dos camponeses pobres e sua unidade com os operários agrícolas e urbanos, fazendo com que até mesmo intelectuais como Ariovaldo Umbelino denunciem a perda de combatividade do MST e a domesticação das ocupações de terras aos “acordos possíveis” com o governo federal. Essa é a base do esvaziamento do MST, que tem sido debatido nos principais jornais da burguesia, com dados que mostram como o movimento perdeu base e diminuiu a intensidade das ocupações justamente onde o Bolsa Família é mais presente, além do que muitos sem-terras migraram para as cidades para tentar melhores oportunidades no *boom* de trabalho precário lulista, constituindo parte dos que preenchem a demanda dos trabalhos mais pesados e mal pagos na construção civil, limpeza etc.

Qualquer programa minimamente sério para responder profundamente às demandas mais sentidas pela maioria explorada e oprimida e aos problemas estruturais do Brasil, confrontando-se com o “projeto de país” baseado no trabalho precário e na reprodução da pobreza, precisa ligar organicamente a luta pela reunificação das fileiras operárias divididas pelo neoliberalismo com as questões agrária e urbana. Esse programa deve partir da luta contra o trabalho precário, pela incorporação dos terceirizados (sem necessidade de concurso público, no caso do funcionalismo), com salários e direitos iguais aos dos efetivos; e deve se ligar à luta pela expropriação do grande agronegócio sob controle dos operários agrícolas, criando milhões de empregos no campo; levantando a necessidade de nacionalização de todos os latifúndios para ceder terra de qualidade e crédito barato aos que queiram cultivar sua própria terra, permitindo o retorno ao campo dos camponeses que foram buscar melhores condições de vida morando nas favelas das grandes cidades, mas prefeririam voltar e vivem bem nas suas terras junto a suas famílias; defendendo a criação de cinturões verdes ao redor das cidades, atacando na raiz os problemas ambientais; e batalhando pela expropriação dos imóveis voltados à especulação financeira e por planos de obras públicas para gerar empregos e resolver os problemas de moradia e serviços públicos das cidades.

Apesar de ter se dividido entre os que apoiam descaradamente e os que apoiam criticamente o Estatuto da Igualdade Racial, o movimento negro atualmente adota como estratégia central a pressão sobre o Estado por “ações afirmativas”. É necessário forjar um movimento negro que não se contente com a “estatização” de suas demandas por um Estado que foi construído sob a base da escravização dos povos negros africanos.

O Estatuto da Igualdade Racial criado pelo lulismo e as chamadas “ações afirmativas”, apesar de se apoiarem em demandas reais e justas do povo negro, constituem uma estatização dessas demandas por um Estado racista, que portanto só poderia conceder algumas migalhas constitucionais com o único objetivo de cooptar alguns setores negros minoritários, transformando-os em classe média, enquanto a esmagadora maioria dos negros segue compondo as favelas, a massa de desempregados e os trabalhos mais precários do país; e ainda assim implementando essas “ações afirmativas” a conta-gotas e na medida que não gere reação contrária dos “brancos prejudicados”. O combate pelo fim da opressão ao povo negro é necessariamente uma **ação negativa** contra esse Estado racista, baseada na mobilização independente do povo negro; e tem que ser encarado desde um ponto de vista internacional, de povos que os países imperialistas dividiram em distintos continentes, e que no mundo inteiro foram historicamente submetidos a condições subumanas de escravidão e trabalho precário.

Qualquer demanda de cotas para negros nas instituições da sociedade, para ser minimamente justa tem que ser proporcional à população negra da região; e para ser minimamente consequente deve ter como estratégia a mobilização independente, mesmo que seja postulada como uma exigência ao Estado. As próprias demandas justas contidas no Estatuto da Igualdade Racial e no programa das “ações afirmativas”,

as quais devemos defender, devem ser encaradas desde esse ponto de vista: o de que só poderão ser realmente conquistadas com a mobilização independente do povo negro em escala nacional e internacional; e que devem ser articuladas às demandas do conjunto da classe operária, independente de sua cor.

Desconstruindo o 2º pilar do gradualismo lulista **REGATE DE UM PROJETO “NACIONAL-DESENVOLVIMENTISTA”?**

Contra a visão de que o Brasil estaria retomando um projeto “nacional-desenvolvimentista”, o que ocorre é uma conjunção entre o fortalecimento de instituições estatais que auxiliam os grandes monopólios privados instalados no país e o aprofundamento de mecanismos dissimulados de penetração do capital imperialista. O resultado tem sido um desenvolvimento profundamente desigual, com uma modernização dos setores da economia (indústria, agronegócio e serviços) ligados à exportação de commodities primárias, combinada com a perda de espaço da produção interna de produtos manufaturados para as importações na maior parte dos demais ramos da economia, assim como com a reprimarização da pauta de exportações do país.

O BNDES, os fundos de pensão das grandes empresas estatais, a Petrobras, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal são os principais instrumentos através dos quais o Estado fortaleceu seu papel de auxílio ao capital monopólico privado nativo e estrangeiro. Através desses instrumentos o Estado brasileiro: a) utiliza os ativos financeiros para favorecer a concentração monopólica de capitais; b) permite que, apesar da crescente penetração do capital imperialista, o capital nativo mantenha posições importantes nos grandes conglomerados econômicos; c) favorece os lucros do capital financeiro, que detém grande parte das ações das empresas estatais; d) transfere renda ao capital financeiro através da contribuição das empresas estatais no superávit primário (economias do governo federal) que garante o pagamento de juros e amortizações da dívida pública; e) viabiliza crédito subsidiado aos grandes monopólios privados do país (incluindo categóricos calotes que ficam impunes); e f) favorece os capitalistas “amigos” do Planalto através da terceirização/privatização/parcerias público-privadas dos serviços e obras de utilidade pública.

A penetração imperialista no país é dissimulada e mascarada principalmente através de dois mecanismos: 1) em geral se trabalha apenas com o critério de definição da origem do capital da empresa (nacional ou estrangeira) a partir do controle das chamadas “ações ordinárias” (tipo de ações que dão direito de voto sobre a empresa), desconsiderando a presença do capital estrangeiro através de participações minoritárias no capital votante e através do chamado “capital social” (ações que dão direito aos lucros, sem que isso implique em poder de voto sobre a empresa), sendo que essas últimas têm se constituído como uma importante forma de penetração do capital imperialista no país; 2) a posse de títulos da dívida pública por parte do capital financeiro internacional deixou de se dar através de contratos em dólares (a

chamada dívida externa) e passou a se dar através de contratos em moeda nacional.

Essa é uma estrutura econômica que se desenhou ao longo dos anos 1980 e mais agudamente nos 1990, tendo como eixos balizadores as privatizações, a abertura comercial, a liberalização financeira e o aumento da dívida pública, marcas características da ofensiva neoliberal.

As privatizações implicaram uma maior separação entre a administração das empresas e o controle acionário das mesmas (aproximando o capitalismo brasileiro ao modelo empresarial anglo-saxão) e um aumento da diversificação do campo de atuação dos monopólios nativos. Nesse processo, a adoção do mecanismo da formação de consórcios mistos para o processo de privatizações cumpriu um papel fundamental: permitiu a ampliação do apoio político a distintos setores capitalistas; manteve forte presença do Estado na composição acionária das empresas privatizadas (através do BNDES); e viabilizou a entrada dos fundos de pensão das grandes empresas estatais como novos atores capitalistas “de peso” (contribuindo para a corrupção de setores da burocracia sindical petista como parte integrante da estrutura econômica que estava sendo forjada).

A abertura comercial e a excessiva valorização da moeda nacional foram fundamentais para viabilizar a otimização de seus custos de produção e investimento das empresas monopólicas instaladas no país, pois permitiram a redução dos custos de matérias primas, insumos intermediários e bens de capital através da importação de mercadorias com preço mais competitivo, proporcionando-lhes melhores condições para competirem no mercado mundial. A liberalização financeira, por sua vez, permitiu um salto de qualidade na fusão entre o capital nacional e estrangeiro, assim como entre o capital industrial, bancário, agropecuário e de serviços.

Por outro lado, os setores menos concentrados do capital nativo, que não puderam competir com os produtos importados ou com o capital estrangeiro que se instalava no país, que têm maiores dificuldade para obter créditos no mercado internacional e precisam se submeter às altas taxas internas de juros, e cujas relações com o Executivo se dão de forma mais difícil e com várias mediações, tiveram maiores dificuldades para manter suas posições, e foram obrigados a cedê-las ou associar-se ao grande capital em condições relativamente mais desvantajosas. Entretanto, a perda de posições dos setores menos concentrados do capital não se deu de forma “catastrófica”, e não implicou a queima de capitais e na ruína de grande parte destes setores capitalistas. Pelo contrário, na medida em que este processo se deu em meio a baixos índices de crescimento econômico e não em uma situação de recessão aguda ou depressão, uma parte significativa destes capitalistas pôde vender suas empresas e transformar-se em sócios menores do grande capital nativo e estrangeiro ou em investidores do mercado financeiro.

Esse conjunto de fatores, os quais se combinaram com um profundo processo de concentração e centralização do capital, não só constituíram as bases da estrutura econômica sobre a qual se alçaram os “global players” brasileiros, mas também as bases do “pacto hegemônico” que se forjou durante FHC e que, com adequações decorrentes da crise da balança de pagamentos na virada do século e das mudanças que se desenvolveram na própria economia mundial antes e depois

da crise, se consolida no governo Lula (e que é a explicação mais de fundo para que no Brasil não gerem grandes crises as reclamações dos setores da burguesia em relação às taxas de câmbio e juros).

BNDES: Banco de Desenvolvimento Econômico e Social, ou banco da concentração monopólica?

Os apologistas do governo Lula comemoram que durante seus 8 anos de mandato o BNDES deixou de cumprir o papel de “banco das privatizações” e passou a cumprir um papel de “estímulo ao desenvolvimento econômico”. Entretanto, que “estímulo” tem sido esse?

Entre 2003 e 2010 os desembolsos do BNDES cresceram vertiginosamente, passando de R\$ 33 bilhões para R\$ 168 bilhões em 2010, tornando-o um dos maiores bancos de fomento do mundo. Mas pouco se diz sobre o fato de que 76% dos desembolsos do banco nesse período foram destinados a grandes monopólios. Levantamento realizado em 2010 mostrou que, no auge da crise gerada pelo impacto da quebra do Lehmann Brothers, 57% dos R\$ 95 bilhões desembolsados pelo banco estatal haviam sido destinados a apenas doze grandes conglomerados econômicos. Entre os mais favorecidos pela instituição estavam, além da Petrobras (que sozinha tinha recebido R\$ 29 bilhões) e da Eletrobrás, as três maiores construtoras do país (Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa e Odebrecht, que de gigantes empreiteiras transformaram-se em conglomerados investidores em diversos ramos da economia), a mineradora Vale, o grupo Votorantim, o frigorífico JBS e a operadora de telefonia Oi.

Esse papel do BNDES tem sido exercido não só através da facilitação de crédito subsidiado a grandes grupos privados, mas também através da compra direta de ações. Ao todo, em 2010, o banco estatal participava diretamente como acionista em mais de 40 empresas (sem contar as participações indiretas), totalizando um valor contábil de R\$ 33 bilhões, investidos em vários dos principais monopólios atuantes no país.

Fundos de pensão: de instrumentos da cooptação/corrupção da burocracia cutista a agentes centrais do capital financeiro e monopólico

A participação dos fundos de pensão de trabalhadores e dos “clubes de investidores” formados por empregados no processo de privatizações da década de 1990 cumpriu um papel chave na assimilação da burocracia lulista aos interesses capitalistas em geral e, em particular, aos interesses do mercado financeiro e dos grandes monopólios. Enquanto o PT ainda era considerado um “partido de esquerda” já se iniciava o processo que anos depois será analisado por Chico de Oliveira como o surgimento de uma “nova classe social”, mas que na verdade constitui uma assimilação da burocracia sindical cutista aos interesses capitalistas, tanto através da posse de ações de grandes empresas, como através de seu poder de decisão nos conselhos administrativos das mesmas.

A oposição ao programa, por parte do que se poderia chamar genericamente de *oposição esperada* – sindicatos e segmentos de esquerda e estatistas –, foi amenizada em duas frentes. De um lado, obteve-se a participação dos funcionários das empresas nas desestatizações, trazendo-os para dentro do jogo capitalista e reduzindo, portanto, a consistência da oposição dos sindicatos e dos segmentos de esquerda. (...) De outro lado, as participações da Companhia Vale do Rio Doce (atual Vale – estatal à época) e a expressiva e inesperada participação das fundações de previdência estatais [se refere aos fundos de pensão] cumpriram um papel de atenuar as críticas dos segmentos estatistas.¹³

Seguindo a mesma dinâmica que o BNDES, os fundos de pensão tiveram uma ascensão meteórica na última década, evoluindo de R\$ 240 bilhões para R\$ 509 bilhões na soma de todos os seus ativos financeiros. Desse total, 60,9% estão destinados a títulos públicos, créditos privados, depósitos e investimentos; e 31,6% estão aplicados em ações e fundos de investimentos.

No governo Lula, os conselhos administrativos dos principais fundos de pensão passam a ter um controle e um direcionamento maior por parte do governo. Na medida em que as diretorias das empresas estatais passaram a ser indicadas pelo próprio PT (e não mais tucanos como na era FHC), ficou facilitada a confluência de interesses entre os representantes das empresas e os sindicalistas “representantes” dos trabalhadores nesses conselhos, provocando o ressentimento dos tucanos por terem sido eles os primeiros idealizadores desse “modelo”.¹⁴

A atuação conjunta do BNDES e dos fundos de pensão estatais em alguns dos principais monopólios do país deu ao governo Lula um poder *sui generis* nos conselhos administrativos dessas empresas, como demonstrou a recente intervenção do governo na privatizada Vale, que fazendo valer o peso acionário dos fundos de pensão e do BNDES conseguiu impor uma mudança na presidência da empresa.

Petrobras: um exemplo do “público” a serviço dos monopólios privados

Outro instrumento chave do dito “nacional-desenvolvimentismo” lulista é a Petrobras, ainda mais depois da alteração no marco regulatório para a parte não leiloadada do pré-sal (cerca de 70%), que aumentará a participação do governo na renda do petróleo. Em 2010, a Petrobras foi responsável pela movimentação de cerca

13 “*Ilustrando: na venda da CSN, no período Itamar, os empregados e a caixa dos funcionários passaram a deter, logo após o leilão, as maiores posições individuais (11,9% e 9,8%, respectivamente). A estrita independência dos funcionários deve ser vista, entretanto, com cautela: passaram a fazer parte do jogo capitalista, envolvendo-se em alianças com os demais investidores, que em algumas ocasiões financiaram a sua aquisição de ações. (...) Aos funcionários era, também, por vezes, assegurada a participação no conselho de administração das empresas, independentemente da quantidade de ações que viessem a adquirir, passando, assim, a ter acesso, mesmo que de forma minoritária, a uma arena decisória sobre as questões das empresas. (...) As fundações estatais [fundos de pensão], por seu turno, tiveram participação relevante, no período Collor, não só na venda da Usiminas, como também nas vendas da Mafersa, Celma e Embraer. No período Itamar, a Fundação do Banco do Brasil (Previ) veio a deter o maior percentual do controle da Acesita (15%), seguida pelos empregados (12,4%)”.* “A privatização no Sistema BNDES”. Escrito por Licínio Velasco Jr., engenheiro do BNDES. Revista do BNDES 33, junho 2010; p. 355. Extraído do site do BNDES.

14 Um exemplo paradigmático dessa mudança se concentra na figura de Sérgio Rosa: ex-presidente da Confederação Nacional dos Bancários e diretor eleito pelos trabalhadores para o conselho administrativo do Previ, compôs a equipe de transição do governo Lula e, posteriormente, se instalou na presidência do fundo de pensão.

de 10% do PIB, quase o dobro do que representava em 2002. Seus lucros saltaram de R\$ 21,51 bilhões em 2007 para R\$ 35,19 bilhões em 2010. Entretanto, quem ganha com os lucros e investimentos cada vez maiores da Petrobras?

São 4 os mecanismos através dos quais a Petrobras se constitui como um instrumento a serviço dos interesses dos grandes monopólios ou como mecanismo de transferência líquida e direta de dinheiro público para os capitalistas:

1. Através do modelo de produção de “concessão”, regido por uma série de leis e decretos implementados por FHC após derrota da heroica greve dos petroleiros de 1995, que garante a privatização e transnacionalização da exploração do petróleo, cedendo o direito às multinacionais do setor pela via dos 4 leilões de privatização realizados pelo governo tucano e pelos 6 leilões realizados pelo governo Lula. Nesse modelo, empresas como as imperialistas Shell, Exxon, Repsol ou conglomerados “nacionais” de Eike Batista detêm parte da exploração do “ouro negro” brasileiro.
2. Através da participação da posse de 52% do “capital social” (direito sobre os lucros) da estatal.
3. Através dos investimentos em outros ramos da economia ligados à exploração do petróleo: como na indústria petroquímica, onde a Petrobras ajudou a formar o monopólio da Braskem (controlado pela Odebrecht), ficando com 30% do que agora é a única empresa petroquímica no país; ou como na indústria naval, em parte das obras do PAC, onde a Petrobras impulsiona grandes projetos em parceria com ninguém menos que a Camargo Corrêa, a Vale do Rio Doce, a Gerdau, a gigante alemã Thyssenkrupp e a coreana LG.
4. E através da participação de 48% dos lucros da Petrobras que ficam com o governo e são destinados ao montante do orçamento federal voltado ao pagamento dos juros e amortizações da dívida pública.

Apesar de toda a propaganda lançada pelo governo e pelos petistas em função das mudanças no sistema de exploração (o chamado modelo de “partilha”), da criação de uma nova estatal, e da criação de um “fundo social” com esse dinheiro, o conseqüente aumento da participação do Estado na renda do petróleo garante a manutenção dos leilões realizados até então, do esquema de “joint-ventures” em conjunto com os conglomerados nacionais e estrangeiros, assim como da utilização da parte maior do Estado a serviço dos interesses monopólicos dos demais ramos da economia que parasitam o Estado.¹⁵

O Estado como instrumento de defesa dos monopólios nativos frente ao capital imperialista e as formas “mascaradas” de penetração estrangeira

Como podemos verificar no conjunto de dados expostos até agora, durante os anos 1990, o processo de privatização significou, obviamente, uma perda de posições

do Estado para o capital privado na economia. Entretanto, essa perda significou também uma mudança na forma de intervenção estatal, que, apesar de abandonar substancialmente a gestão direta de empresas, manteve significativas posições acionárias através do BNDES e dos fundos de pensão das principais empresas estatais, o que na década seguinte assentou as bases de uma leve recuperação de suas posições econômicas, ainda que muito aquém do que detinha antes da ofensiva neoliberal (e sem retroceder na privatização da gestão das empresas). Vimos também que o processo de privatizações esteve associado a um salto de qualidade na penetração do capital imperialista, apesar de que, com a ajuda do Estado, o capital privado nativo pôde manter importantes posições.

A análise da dinâmica desses três agentes (capital nativo, estrangeiro e Estado) entre as 500 maiores empresas de capital aberto do país expressa essa realidade:

PERCENTUAL DE PARTICIPAÇÃO NO FATURAMENTO DAS 500 MAIORES EMPRESAS POR TIPO DE CAPITAL			
	ESTATAL	PRIVADO NATIVO	ESTRANGEIRO
1992	27	41,7	31,3
1999	17,6	37,7	44,7
2009	21	37,5	41,5

DADOS EXTRAÍDOS DAS PESQUISAS DA REVISTA EXAME

Entre 1990 e 1999, o volume acumulado de capital imperialista que entrou no país totalizou US\$ 168 bilhões. Entre 2000 e 2009, esse montante saltou para US\$ 242,5 bilhões; ou seja, um total 45% maior. Entretanto, como se expressa na tabela acima, a participação de empresas de controle estrangeiro no faturamento das 500 maiores empresas caiu de 44,7% em 1999 para 41,5% em 2009.

Essa aparente contradição se explica pelos dados ocultos na metodologia utilizada pela revista Exame. Essa metodologia utiliza como critério de classificação da nacionalidade de origem de capital das empresas apenas aquele que detém a maioria do capital votante; ou seja: não expressa a composição minoritária do capital votante e nem tampouco o capital social, que constituem formas importantes de penetração do capital imperialista no Brasil em função de suas adequações às condições de um capital monopólico nativo que se vê beneficiado pela relação orgânica com o Estado.

Do tímido nacional-desenvolvimentismo varguista ao “nacional-desenvolvimentismo” dos monopólios, do capital financeiro e das commodities

Essas mudanças na estrutura econômica como um todo estiveram associadas a uma radical modernização de determinados ramos da economia, em especial de setores ligados direta ou indiretamente à exportação de commodities, e a serviços financeiros (com exceção do setor automotivo e da aviação, que são destaques entre os produtos de maior intensidade tecnológica). Entretanto, na medida em que é uma modernização determinada por interesses monopólicos, ela se desenvolve de forma **profundamente desigual**, relegando ao atraso amplos setores econômicos,

dando lugar a um processo de reprimarização e desindustrialização relativa em determinados setores da economia.

Dentro dessa estrutura econômica, as vantagens comparativas que os recursos naturais do Brasil proporcionam no mercado mundial de commodities, assim como a transferência de renda líquida da população ao capital financeiro através da dívida pública (sendo que o país tem uma das maiores cargas tributárias dos países periféricos, que recai especialmente sobre as classes mais pobres), passam a cumprir um papel cada vez mais chave na orientação da política macroeconômica, primeiro do governo FHC, e depois de Lula, ambos organicamente ligados aos monopólios através de múltiplos laços políticos e econômicos.

A relativa reprimarização decorrente dessa estrutura se expressa de forma aguda na pauta de exportações do país, na qual os produtos ligados à produção de commodities primárias vêm ganhando crescentes posições em detrimento dos produtos manufaturados de maior valor agregado e que dependem de tecnologia mais intensiva. Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, o peso das matérias-primas nas exportações totais do país praticamente dobrou ao longo da última década, saltando de cerca de 20% em 2000 para o recorde de mais de 44% em 2010. Como contrapartida dessa tendência, a participação dos bens industrializados (semimanufaturados e manufaturados) caiu de mais de 74% para menos de 54% do total nesse mesmo período (38% se desconsiderados os semimanufaturados). Assim como a relativa desindustrialização se expressa principalmente nas crescentes posições conquistadas por produtos importados em detrimento daqueles fabricados no país.

Esse é o mecanismo que assenta as bases para o processo de reprimarização e desindustrialização relativa que vem preocupando crescentes setores da própria burguesia. A participação dos importados no consumo interno brasileiro, medida pela FIESP através do chamado “coeficiente de importação da indústria” (a relação entre os importados e o consumo aparente), subiu de 12,4% em 2003 para o indicador recorde recente de 22,7%. Ligado a esse processo, o superávit da balança comercial da indústria de transformação, que chegou a atingir US\$ 32 bilhões em 2005, transformou-se em um déficit recorde de US\$ 70,9 em 2010.

O dito “retorno ao varguismo” se daria em torno do que os intelectuais petistas costumam apagar daquele período. Nas comparações nunca se lembra que Vargas, para construir a CSN, barganhou empréstimos entre a Alemanha nazista e os EUA; que foi Vargas quem deu início às articulações com o imperialismo que permitiram a entrada massiva de capitais norte-americanos através das montadoras de automóveis; que a CLT foi um golpe estrutural contra a independência das organizações sindicais frente ao Estado. Em suma, se esquecem da ditadura do Estado Novo.

Enquanto o varguismo foi um fenômeno ligado à ascensão dos EUA como potência, em meio à disputa interimperialista que ainda definia qual seria o imperialismo hegemônico, o lulismo é um fenômeno ligado à decadência da hegemonia norte-americana, sem que já exista um postulante hegemônico alternativo.

No mais, não podemos perceber senão gigantescas diferenças. Enquanto Vargas, em suas tímidas medidas “nacional-desenvolvimentistas” (em comparação com figuras como Cárdenas; que nem por isso deixaram de combinar pequenas concessões com

repressão), criou de fato empresas estatais sob a administração direta do Estado, contribuindo a seu modo para o “modelo de substituição de importações”; Lula, através dos bancos públicos e da Petrobras, auxiliou a concentração monopólica de capitais privados e a associação entre o capital nativo e estrangeiro, modernizando alguns ramos da economia ao mesmo tempo em que reprimiza e desindustrializa outros.

Lula se apoia no poder de contenção da luta de classes que lhe dá a relação orgânica do PT e dele próprio com o movimento de massas para mascarar a utilização da estrutura econômica herdada do neoliberalismo com um verniz “nacional-desenvolvimentista”, que não é nada mais que o desenvolvimento daquela estrutura em tempos de bonança econômica somado a uma demagogia “de esquerda”.

Desconstruindo o 3º pilar do gradualismo lulista

UM PROJETO DE CRESCIMENTO ECONÔMICO SUSTENTADO E AUTÔNOMO?

Um dos pressupostos fundamentais da visão do “Brasil que avança” reside na concepção de que este teria desenvolvido um mercado interno dinâmico ao ponto de servir como “contrapeso” a uma eventual diminuição do fluxo de capital financeiro internacional e da demanda chinesa por commodities. Essa concepção esconde o fato de que o ciclo de crescimento dos últimos anos tem como motores fundamentais fatores externos; e esconde que esse processo está acompanhado pelo acúmulo de profundas contradições que apontam no sentido de novas crises.

A saída da crise econômica dos últimos anos de FHC é inseparável, num primeiro momento, do *boom* das exportações que seguiu a desvalorização do real entre 1998 e 2002, puxadas também pela explosão da demanda chinesa por commodities. Num segundo momento, após 2003, pela combinação desse fator com a crescente retomada do fluxo de capitais estrangeiros – na forma de investimentos diretos na economia (alocados especialmente nos setores ligados à exportação de commodities) e de especulação financeira (que permitiu a ampliação e o barateamento das condições de crédito). O aumento da demanda junto à cadeia produtiva de fornecedores e de serviços direta ou indiretamente ligado às exportações, o aumento da renda dos segmentos ligados a esse “pólo dinâmico” da economia, a ampliação e a facilitação do acesso ao crédito, subproduto do fluxo de capitais internacionais, assim como a melhoria das condições fiscais do Estado para estimular a economia, foram as “correias de transmissão” que permitiram o desenvolvimento de outros “pólos dinâmicos” e, conseqüentemente, o aquecimento de conjunto do mercado interno.

A minimização (ou o direto esquecimento) dos fatores internacionais que estiveram na raiz desse processo está a serviço de valorizar de forma unilateral o papel das políticas econômicas adotadas pelo governo Lula, alimentando o discurso de uma inflexão “nacional desenvolvimentista” por parte da intelectualidade petista, sem, no entanto, apresentar qualquer explicação alternativa minimamente sólida.

Ao basear-se no fluxo de capital estrangeiro para o país, o aquecimento do mercado interno passou a gerar uma abundância interna de dólares, e conseqüentemente uma excessiva desvalorização do dólar em relação ao Real, gerando as seguintes contradições:

- Na medida em que faz com que muitos produtos importados fiquem mais baratos em relação à produção nacional, e como o crescimento do consumo interno é proporcionalmente superior ao dos investimentos (crescimento da demanda maior que o da oferta), as importações estão crescendo proporcionalmente mais que as exportações, estabelecendo uma tendência deficitária na balança comercial do país (mesmo que essa ainda não tenha chegado a ficar negativa). Se por um lado as importações mais baratas são funcionais à ampliação do consumo e à redução dos custos de produção de certos monopólios, por outro lado ameaçam setores produtivos internos que não conseguem competir com seus similares estrangeiros.
- O dólar excessivamente desvalorizado em relação ao Real também opera como um estímulo para que se utilize serviços estrangeiros em detrimento dos nacionais, assim como em relação às viagens internacionais, alentando o turismo externo em detrimento do interno. Essas duas tendências têm gerado um saldo cada vez mais deficitário na conta de serviços com o exterior.
- A crescente entrada de capital estrangeiro vem gerando uma saída cada vez maior de capitais pela via de remessas de lucros, dividendos, juros e amortizações, gerando um déficit maior na conta de rendas com o exterior.
- O real excessivamente valorizado em relação ao dólar alimenta um crescimento dos investimentos de multinacionais “brasileiras” no exterior, atuando como uma pressão adicional de saída de dólares.
- Na medida em que não foi o resultado de um incremento qualitativo dos investimentos ou da poupança interna, mas centralmente de um crescimento do consumo das famílias e do governo, a elevação do consumo interno só pôde ser possível em base ao aumento do crédito/endividamento, proporcionado pela abundante entrada de capital estrangeiro (que torna o país mais extremamente dependente dos fluxos internacionais, “sensível” a qualquer mudança advinda da crise econômica mundial).

Esse conjunto de fatores (balança comercial cada vez menos positiva, conta de rendas e serviços mais negativa e investimentos brasileiros no exterior cada vez maiores) é o que determina uma tendência fortemente crescente no déficit de “transações correntes” (que totaliza o conjunto dessas contas) do país com o exterior. Essa dinâmica gera uma dependência cada vez maior do país em relação à entrada de capital estrangeiro (seja por investimento direto na economia ou pela especulação financeira), aos dólares provenientes da exportação de commodities e ao crédito/endividamento resultante dessa “engrenagem”.

A inversão de tendências dentro da balança de pagamentos entre 2005 e 2006 – quando as transações correntes passam a ter um papel negativo e a conta de capital e financeira um papel positivo – coincide com o momento em que o mercado interno passa a ter um papel preponderante como motor mais dinâmico do crescimento do PIB ligado a um salto de qualidade na expansão do crédito. Aqui se expressa como o crescimento do mercado interno brasileiro, ao contrário de ser uma expressão de maior “autonomia” do país, trás consigo um profundo agravamento da dependência em relação ao capital imperialista e, no período histórico mais recente, também da China.

Os principais beneficiários dessa orientação macroeconômica são não só o capital financeiro, mas também os grandes monopólios instalados no país. Por mais que este ou aquele monopólio defenda mudanças parciais que lhes gerem maiores lucros, essas diferenças não chegaram a gerar fissuras qualitativas entre os setores hegemônicos pelo receio de que uma fuga sustentada de capitais internacionais faça desmoronar o “arranjo” como um todo, com o qual têm lucrado muito.

Ao contrário de ter chegado ao Brasil como uma simples “marolinha”, como Lula e a burocracia sindical trataram de difundir, os impactos da crise no Brasil geraram uma queda do PIB industrial e uma desvalorização da moeda nacional (inverso da tendência anterior) que se localizaram entre as mais significativas do mundo. Não por acaso dois dos principais monopólios do país (Sadia e Aracruz) quebraram. Estes detinham altos níveis de especulação financeira apostados na continuidade da tendência de valorização da moeda nacional; e alguns dos principais monopólios ligados à exportação de commodities (ou, no caso da Embraer, de produtos de alta tecnologia) e as empresas mais dependentes do fluxo de crédito tiveram sua produção e vendas fortemente golpeadas, dando lugar às demissões massivas adotadas como resposta pela patronal.

Diferente do que diz a propaganda governista, os fatores principais que fizeram com que o Brasil saísse de forma relativamente rápida não foram só as medidas anticíclicas do governo e o mercado interno. Essas medidas (injeção de crédito dos bancos estatais, subsídios fiscais e empréstimos proporcionados pelo governo), assim como o consumo popular, cumpriram um papel importante para minimizar os impactos da crise. Entretanto, sem os trilhões de dólares injetados no sistema financeiro internacional pelos estados imperialistas para salvar a economia de uma quebraadeira generalizada, e sem o gigantesco pacote de investimentos implementados pelo governo chinês que alimentaram a demanda, as medidas de Lula e o mercado interno não teriam eficácia. Com as economias dos países centrais estagnadas ou em recessão, o excesso de liquidez internacional gerado pelo salvamento dos bancos deu lugar a um fluxo ainda maior de capital estrangeiro para os países periféricos como o Brasil (agravado pela política norte-americana de desvalorização do dólar para enfrentar sua crise), e alentou uma bolha especulativa de investimento em commodities no mercado internacional que favoreceu as exportações brasileiras.

Não por acaso, no ciclo de recuperação após os primeiros impactos da crise, voltaram a operar de forma ainda mais intensa as mesmas contradições que operavam anteriormente, com a tendência à valorização do Real em relação ao dólar e ao aumento do déficit nas transações corrente do Brasil com o exterior. Com a diferença de que, depois do início da crise econômica mundial, ainda que os investimentos diretos estrangeiros dentro do país tenham voltado a crescer e bater novos recordes, são as especulações financeiras que têm garantido a cobertura do déficit em transações correntes para manter os saldos positivos da balança de pagamentos.

A minimização dos efeitos que a crise teve sobre o país, assim como dos fatores internacionais que foram determinantes para a posterior recuperação, constituem parte das manobras ideológicas montadas pelo petismo para construir a imagem “nacional desenvolvimentista” do lulismo.

A principal mudança macroeconômica operada pelo governo Lula – que cumpriu um papel fundamental na administração dos impactos da crise mundial no Brasil – foi

a transformação da dívida pública externa em dívida pública interna. Essa medida permitiu amortecer os canais de contágio da crise mundial no país, diminuindo os potenciais impactos do fluxo de capitais internacionais sobre o câmbio e as contas do Estado, aumentando as margens de manobra do governo para adotar medidas anticíclicas no momento mais agudo da crise. Adicionalmente, essa política do lulismo (que a rigor já havia sido iniciada nos últimos anos de FHC, após as crises da balança de pagamentos no final dos anos 1990) assentou as bases para o discurso de maior “independência” e “autonomia” do lulismo em relação ao imperialismo, permitindo, por exemplo, que o governo fizesse muito alarde com o “fim da dívida externa”. Entretanto, trata-se não mais do que uma mudança na forma da dependência, fazendo com que os “choques externos” sejam sentidos mais diretamente e em primeiro lugar na Bolsa de Valores do que na dívida pública, como se pôde evidenciar após a quebra do Lehman Brothers. Se frente à dimensão da fuga de capitais gerada pelos primeiros impactos da crise no Brasil a “interiorização” da dívida pública permitiu maiores margens de manobra para as ações anticíclicas do governo, isso não foi senão à custa da acumulação de níveis de endividamento interno que tendem a assumir uma dinâmica ainda mais explosiva frente a uma fuga maior e mais prolongada de capitais.

Mesmo após o impulso dos últimos anos, os investimentos não ultrapassam 22% do PIB, quando o mínimo que os próprios analistas burgueses apontam como necessário para sustentar índices de crescimento do PIB acima de 5% seria de 25% do PIB (sendo que a China possui 45%). Essa debilidade dos investimentos, com margem apertada de capacidade ociosa nas indústrias, somada à elevação dos preços das commodities exportadas pelo Brasil no mercado internacional (que se transformaram em ativos alvos de especulação financeira) e à alta dos preços de tarifas públicas administradas por contratos entre o governo e as empresas privatizadas, estão por trás das pressões inflacionárias que, com altos e baixos, seguem operando no país, estabelecendo uma contradição adicional ao “modelo” imperante.

Assim, as altas taxas de juros internas, ao mesmo tempo em que constituem um instrumento para atrair o capital estrangeiro e conter a inflação, ao alimentar a valorização do real e a debilidade dos investimentos internos, contribuem para aprofundar e reproduzir as contradições do atual esquema de acumulação capitalista em escala ampliada.

Ou seja, ao contrário de “sustentado e autônomo”, o ciclo de crescimento em curso no Brasil é precário e dependente, completamente aberto a deteriorar-se frente a novos golpes da crise econômica mundial, e a até mesmo a entrar em crise a partir de suas próprias contradições internas, antes mesmo de novos choques externos.

Desconstruindo o 4º pilar do gradualismo lulista **“BRASIL POTÊNCIA” OU SEMI-COLÔNIA ESPECIAL?**

Por mais apetitoso que o mercado interno brasileiro seja para os investidores estrangeiros, este é completamente dependente e subordinado ao capital financeiro

internacional e à demanda de commodities da China. Porém, isso não significa dizer que o Brasil é um país periférico como outro qualquer. Tendo como marco internacional o declínio histórico da hegemonia norte-americana, que abre brechas entre as distintas potências imperialistas passíveis de serem aproveitadas para uma nova localização dos países ditos “emergentes”, quais seriam, então, as bases internas para a projeção internacional que o Brasil tem conquistado, que inclui significativas rugas com os EUA?

Para além dos discursos de “Brasil potência” que historicamente marcaram as classes dominantes do país – buscando esconder por trás de uma retórica nacionalista a crescente subordinação ao capital financeiro internacional – distintas correntes políticas ou setores intelectuais (inclusive alguns que se reivindicam marxistas ou trotskistas), buscam categorizar o Brasil como um “sub-imperialismo” ou um “imperialismo de terceira linha”.

A tradição da III Internacional de Lênin e Trotsky, longe de construir os conceitos de imperialismo, colônia (subordinação política e econômica) e semi-colônia (subordinação econômica e independência política formal) como categorias estanques, reconhecia a existência de situações híbridas e intermediárias, como por exemplo se expressava na categoria de “país dependente”, que, apesar da subordinação econômica, detém margens de manobra políticas que vão além da mera independência política formal típica de uma semi-colônia.

Entretanto, os limites que diferenciariam uma semi-colônia especial, com maiores margens de manobra, e os países imperialistas, por mais inferiores que sejam, não seriam apenas econômico-estruturais, mas também político-militares; estritamente ligados à divisão do mercado e da geopolítica mundial entre as potências imperialistas nas duas grandes guerras mundiais do século XX. Assim, a localização de determinados países periféricos como países imperialistas inferiores ou como semi-colônias especiais não trata-se meramente de um problema semântico, de ângulos distintos e facultativos para um mesmo problema. A diferença essencial reside no fato de que uma semi-colônia mais forte não pode ascender à condição de um imperialismo mais débil por fora de crises, guerras e revoluções. Apagar ou minimizar esse limite só é possível na medida em que se adapta a uma concepção de evolução relativamente pacífica do imperialismo, supervalorizando a capacidade deste de lidar com suas próprias contradições.

Hoje em dia, como parece óbvio, seria impossível incluir países como a China ou a Rússia em uma mesma categoria que o Brasil. A restauração capitalista dos ex-Estados operários coloca um enorme e novo problema para os marxistas. Se por um lado o imperialismo não foi capaz de semi-colonizar esses países, por outro lado estes também não puderam desenvolver-se como países imperialistas, como fica evidente no retrocesso econômico e social da Rússia ou no atraso militar e social da China, assim como na crescente dependência de ambos frente ao capital financeiro internacional. Mas que status têm esses países então? Essa é uma pergunta que se pode responder partindo da tensão que marca a dinâmica realidade mundial, determinada pela maior crise econômica desde a década de 1930 e pela decadência histórica da hegemonia norte-americana. A China tem um status especial determinado por uma poderosa economia apoiada sobre os resquícios da reforma agrária e da planificação

econômica realizadas pela expropriação revolucionária da burguesia nesse país após a 2ª Guerra Mundial. E a Rússia segue sendo a segunda potência militar do mundo, ainda que tenha retrocedido enormemente em relação ao que chegou a ser durante a Guerra Fria. A evolução desses países como novas semi-colônias, novos imperialismos (ou, por que não, novas revoluções proletárias) passará necessariamente por novos períodos de crises, guerras e revoluções no cenário mundial e na realidade interna desses próprios países.

Tampouco se pode localizar o Brasil em um mesmo status que a Índia, que, apesar de nunca ter sido um Estado operário, tem seu status especial intimamente ligado à posse de armamentos nucleares que o Brasil nunca chegou a ter; e ocupa, para os EUA, uma localização estratégica frente às ameaças que a China oferece à hegemonia ianque em decadência.

O mesmo poderíamos dizer da Venezuela, que tem maiores margens de manobra em relação aos EUA determinadas, sobretudo, em função de um governo que desviando e expropriando as energias revolucionárias de processos da luta de classes protagonizados pelas massas de seu país, utiliza-as politicamente para barganhar melhores condições com o imperialismo, aproveitando-se também do poder econômico que lhe dá sua condição excepcional de produtor petrolífero.

Quais seriam, então, as bases da localização especial do Brasil no cenário político e econômico mundial?

As bases fundamentais desse projeto se constituem a partir de uma combinação entre os distintos fatores que desenvolvemos ao longo desse documento: um particular processo de abertura comercial aumenta a competitividade dos monopólios aqui instalados; uma particular liberalização financeira que permite a fusão, num patamar superior, do capital bancário, industrial e agropecuário, nativo e estrangeiro; uma particular “reestruturação produtiva” que aumenta a taxa de exploração através da ampliação e da legitimação de determinados mecanismos de trabalho precário que se apoiam sobre a brutal concentração de terras do país e a opressão do povo negro; um particular processo de privatizações que associa os monopólios nativos e estrangeiros com o Estado, contribuindo para a unidade de interesses entre distintas frações da burguesia e a corrupção/cooptação das principais direções do movimento operário; um papel especial do Estado brasileiro (através de instrumentos como o BNDES e os fundos de pensão) na defesa de posições de determinados monopólios nativos em sua associação com os monopólios estrangeiros; e ligando o conjunto desses fatores, um profundo processo de concentração e centralização do capital na formação dos grandes “global players” brasileiros.

Se durante o auge da ofensiva neoliberal (e da correspondente recomposição da hegemonia norte-americana nesse período) essas transformações estiveram associadas a um maior grau de subordinação política ao imperialismo (ainda que a resistência à implementação da Alca tenha significado um limite a essa subordinação), com o posterior aprofundamento da decadência da hegemonia norte-americana e a abertura da maior crise econômica mundial desde a década de 1930, as classes dominantes no Brasil passam a buscar maiores margens de manobra política para defender os interesses monopólicos aqui instalados. Se as relações comerciais com os EUA, a Europa e a

China primam pela exportação de commodities primárias, nas relações com a América Latina o que prima é a exportação de capital e de produtos com maior tecnologia e valor agregado, cada vez mais submetidos à competição com a China. Essa é a base material que se encontra por trás da valorização política das relações com os demais países da América Latina, com os demais países ditos “emergentes”, e mais de conjunto com os países semi-coloniais. É o que se encontra por trás da liderança do Brasil na ocupação do Haiti, em busca de consolidar um novo status na ONU, ou na oposição à ingerência dos EUA no programa de desenvolvimento de tecnologia nuclear do Irã.

Não podemos deixar de considerar a dimensão do mercado interno brasileiro e a relativa estabilidade política do país como fatores importantes da localização econômica e política do Brasil no cenário mundial, ou seja, das bases que permitem suas maiores margens de manobra políticas e econômicas. Entretanto, cremos que o componente mais estrutural que determina o Brasil como uma **semi-colônia de tipo especial** entendida no sentido de uma política de Estado (e não simplesmente de governo) está ligado, sobretudo, à importância internacional das multinacionais instaladas no Brasil e sua relação direta com o Poder Executivo.

Os primeiros passos e as perspectivas do novo governo

DILMA TERÁ MAIORES DIFICULDADES QUE LULA PARA LIDAR COM AS CONTRADIÇÕES ESTRUTURAIS DO PAÍS

Por Dilma não ter nem uma gota da relação orgânica com as principais organizações do movimento de massas, e tampouco a sombra do carisma do retirante nordestino e ex-operário que encabeçou o desvio do último grande ascenso operário no Brasil, o novo governo tende a ser qualitativamente mais débil e instável que o anterior, tanto do ponto de vista da relação entre as frações burguesas, como da relação do governo e da patronal com o movimento de massas, ou da relação com o imperialismo. Ao contrário de Lula, que percorreu a maior parte de seus dois mandatos em meio ao maior ciclo de crescimento mundial desde o *boom* pós Segunda Guerra, e mesmo após o fim desse ciclo foi beneficiado pelas características particulares das primeiras fases da crise econômica internacional, Dilma já começa seu governo sob as fortes turbulências da economia mundial, atravessada por uma cada vez mais aguda “guerra de moedas” que marca o “salve-se quem puder” de cada país, tentando proteger suas economias com uma “saída exportadora” e uma “monetização da dívida” para descarregar a crise sobre os demais; e por monstruosas dívidas que os Estados contraíram para salvar os bancos nas primeiras fases da crise, reabrindo perspectiva de que o default de algum país importante (os europeus são a “bola da vez”) possa reativar uma dinâmica catastrófica do conjunto da economia mundial. Diferentemente do que parecia durante as primeiras semanas do novo governo, a lua de mel acabou bem antes do que muito pensavam, interrompida por nada menos do que o principal aliado do governo, o PMDB, e por “fogo amigo” do próprio PT em relação a Palocci.

Vejamos apenas algumas das contradições que Dilma terá que (ou já começou a) enfrentar:

Não será fácil administrar os muitos interesses da ampla base governista, dentro da qual literalmente não “cabem” todos os desejos do PT, do PMDB e de todos os partidos menores. E também não será fácil conciliar as expectativas dos movimentos sociais, os valores da oligarquia mais reacionária e as demandas da burguesia monopólica que sustentam essa heterogênea base de governo. Foi o que já se verificou com a dificuldade de concluir a distribuição dos cargos de segundo escalão, na queda de Palocci, na derrota do governo no Código Florestal e na submissão à bancada evangélica com a renúncia do kit anti-homofobia. Com poucos meses de governo, se instala todo um “clima” de crise que, pelo papel de chantagem cumprido pelo PMDB e pelo “balcão de negócios” com o dinheiro público que vem à tona, faz lembrar a “velha” crise do mensalão, que no final das contas obrigou o lulismo a “cortar na própria carne” para dar mais espaço aos aliados.

Mesmo antes que irrompam novos saltos de qualidade na crise econômica mundial que tornem a golpear com força o Brasil, não será fácil administrar a excessiva valorização do real, o crescimento do déficit em transações correntes, o aumento da dívida pública e as pressões inflacionárias; bem como as disputas interburguesas que tendem a se dar em torno a essas questões, e que provavelmente se agravarão e se desdobrarão em outros “fronts de batalha”. É o que verificamos ainda de forma tímida nas reclamações sobre as taxas de juros mais altas do mundo.

O dia em que a força da esmagadora massa de trabalhadores precários do país despertar, seja para lutar para que “sua parte” essencial na engrenagem que faz o capitalismo brasileiro funcionar seja justamente compensada por condições mais dignas de vida, seja para resistir às tentativas da burguesia e do governo de fazer com que voltem às condições de miséria em que historicamente viveram frente ao fim do ciclo de crescimento no país, um dos pilares mais importantes do “equilíbrio político” dos últimos anos tremerá. As greves de dezenas de milhares de trabalhadores nas obras do PAC no mês de março, com sua rebelião que desafiava o comando da burocracia sindical e com o incêndio das instalações da empresa, paralisando por alguns dias as principais obras de infraestrutura do país, nas quais estão envolvidos alguns dos principais monopólios, foram uma primeira mostra desse potencial, frente às quais Dilma teve que enviar a Força da Segurança Nacional e chamar uma “mesa de diálogo” com todas centrais sindicais no Planalto para resolver o conflito.

Enquanto se mantiver o atual ciclo de crescimento, Dilma terá que lidar com as greves das categorias mais organizadas do país, tanto públicas como privadas, que querem sua “parte do bolo”. A interrogação que fica é se a patronal manterá ou não (e até quando) o pacto com a burocracia sindical que garantiu, na maior parte dos dois mandatos de Lula, aumentos salariais levemente acima da inflação. Esse pacto constituiu um elemento chave para que a dinâmica ascendente de greves econômicas desse período e que inevitavelmente contribuiu para “esquentar os músculos” da classe trabalhadora não “transbordassem” os limites da “*pax social*” lulista, mantendo o controle da burocracia sindical. Mas já durante os primeiros impactos da crise

econômica mundial no Brasil, entre fins de 2008 e inícios de 2009, mostrou-se como a ameaça de ruptura desse pacto tende a provocar instabilidades políticas e na luta de classes, com as quais Dilma terá muito mais dificuldade de lidar. Até onde vai o novo ativismo operário que se mostrou dentro das várias greves que percorreram os primeiros meses de Dilma?

O discurso reformista que marca o lulismo, ao mesmo tempo em que alimenta o conformismo social, contraditoriamente traz consigo um sentimento igualitarista e de maior justiça social que, mesmo predominantemente passivo, na medida em que se choca com os valores morais reacionários fortemente arraigados na sociedade brasileira ou com o papel estrutural que o trabalho precário e a pobreza cumprem na economia, tem o potencial de abrir polarizações sociais e gerar crises para o governo. No mesmo sentido também se choca com o discurso oficial de “Brasil do futuro” a terrível situação da educação no país, como se demonstrou na repercussão do discurso de Amanda Gurgel e no apoio às lutas de professores que têm ocorrido em diversos estados, indicando um possível aumento das contradições entre o funcionalismo e o governo. Esses fatores tendem a se cruzar com o fenômeno ideológico de politização (alimentado pelas novas tecnologias de comunicação via internet) e mobilização de setores da juventude em diversos países, espelhados no papel destacado que os jovens têm cumprido nos levantes da primavera árabe ou na resistência aos efeitos da crise na Europa. É esse o nexos mais profundo que se encontra por trás de fenômenos distintos como os assassinatos a homossexuais e o debate aberto com o kit anti-homofobia; a votação da extensão de direitos à união estável homoafetiva no STF; a solidariedade à greve de terceirizados na USP; o despertar de um setor de juventude na luta pelo passe livre ou na Marcha da Maconha; os efeitos da eleição de uma presidente mulher para os movimentos feministas; a crise aberta com a votação do Código Florestal simultaneamente ao assassinato de ambientalistas ligados à luta pela terra; o problema da punição aos torturadores e da abertura dos arquivos ditadura militar no governo de uma ex-guerrilheira que foi torturada. Esses acontecimentos, de conjunto indicam que os problemas democráticos mais elementares, de direitos civis, direitos humanos ou as questões ambientais, terão uma importante dimensão no governo Dilma.

Tanto na viagem de Obama para o Brasil, na qual ficou explícita uma vergonhosa subordinação ao amo ianque (com 13 presos políticos por protestarem contra o imperialismo), no apoio à resolução dos EUA contra o Irã na ONU, na qual ficou evidente uma guinada à direita na política externa, ou na votação do Código Florestal, na qual o governo baixou a cabeça para o poder reacionário do agronegócio e do latifúndio, em todos esses acontecimentos veio à tona uma realidade aparentemente nova: a militância petista e a intelectualidade de esquerda não guardaram o mesmo “silêncio” vergonhoso que primou durante os oito anos de mandato do lulismo frente às “direitadas” do ex-operário. Pelo contrário, partiram para o debate, como se expressou na blogsfera petista e nas revistas de centro-esquerda. Se essa tendência se mantiver e se aprofundar, veremos romper-se, sob Dilma, o “clima” político e ideológico de aparente “consenso lulista”, abrindo um espaço mais fértil para a luta política e teórica pela independência de classe.

A “pacificação” do Complexo do Alemão e o conjunto de operações que buscam “limpar o terreno” para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016 em nada resolveram as profundas contradições que marcam a relação entre o tráfico, as forças policiais e o Estado no Rio de Janeiro. Pelo contrário, as lutas operárias que atravessaram as obras dos Jogos Pan Americanos em 2008, assim como as recentes rebeliões nas obras do PAC, antecipam os processos de luta de classes que poderão trazer crises aos grandes projetos políticos e econômicos ligados a esses eventos e tudo que eles significam como símbolos do “Brasil Potência”. Nada garante que, frente a um eventual refluxo das condições econômicas que hoje contribuem para dita “pacificação”, combinado com novos rearranjos e disputas entre o tráfico, as milícias e o Estado, Dilma não tenha que lidar com situações de crise como as que temos visto nos últimos anos no Rio, com toda a importância que essas tendem a adquirir em função da proximidade desses grandes eventos internacionais, mas agora com um grau de envolvimento do governo federal que lhe fará pagar o preço de fracassos, da mesma forma como Lula e Cabral capitalizaram os êxitos das primeiras operações.

Se olharmos para o papel que a América Latina vem cumprido no atual equilíbrio econômico mundial – no qual a demanda por commodities da China e demais países periféricos alenta as exportações de toda a região e as dinâmicas recessivas nos países imperialistas empurram o capital financeiro em busca de rendimentos mais altos e fáceis nos países ditos “emergentes” – não podemos deixar de concluir que as perspectivas do Brasil estão profundamente atreladas aos descaminhos da economia internacional. Mesmo no marco atual, se observamos as crises políticas que têm atingido os governos pós-neoliberais da Argentina e da Bolívia (onde Evo teve que reprimir a primeira greve geral contra seu governo), expressando as primeiras fases da crise econômica mundial na América do Sul, é de se duvidar que o Brasil consiga continuar “navegando” completamente por fora dessa nova realidade mundial durante vários anos.

ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE ESQUERDA, PROGRAMA, ESTRATÉGIA E PARTIDO

Para além de desmascarar o atual caráter do PT e do lulismo, é necessário compreender como este partido, associado no imaginário das massas à transformação social, se converteu no oposto disso. Desse debate devemos extrair lições de programa e estratégia para a luta de classes e a organização política da vanguarda no Brasil. Ligado à desconstrução dos pilares do gradualismo lulista, denunciando as contradições e o caráter reacionário do “projeto de país” em curso, se faz necessário fundar uma nova tradição de militância, que supere as fortes marcas deixadas pelas décadas de petismo, que ainda influenciam profundamente os rumos dos setores que se colocam à esquerda do lulismo.

De um lado do debate estão aqueles que, como a intelectualidade petista, abriram mão de suas antigas teses sobre um “socialismo petista”, preenchido de um conteúdo

nacional-desenvolvimentista mais “clássico” e da “ética na política”; aderindo de malas e bagagens ao cinismo de uma pragmática *Realpolitik* que aplaude os “avanços possíveis”. Estes intelectuais se converteram em ideólogos do **neoliberalismo-neodesenvolvimentista-social** que caracterizou o lulismo (essa combinação entre a velha estrutura neoliberal recauchutada com maior intervenção estatal na economia e algumas concessões sociais), defendendo-o como uma “transição necessária” entre o neoliberalismo dos 1990 e um futuro supostamente reservado aos valores originários do PT.

De outro lado, estão aqueles que, como nós, criticam esta involução, dentre os quais podemos destacar desde renomados intelectuais como Ricardo Antunes e Chico de Oliveira até os dois maiores partidos da esquerda anti-governista: o PSOL e o PSTU. Entre os que nos opomos a estes rumos, é necessário travar um intenso debate sobre o que fundamentou a degeneração do PT; onde ela se iniciou e como se desenvolveu. Sem avançar nesse problema, não podemos tirar lições que nos permitam não repetir os erros.

Nossa posição é de que o lulismo tal como conhecemos hoje não “caiu do céu”, mas sim constitui um coroamento de como este partido evoluiu dos anos 1980 até hoje, passando por distintos momentos.

O CARÁTER AMBÍGUO DO “PT DAS ORIGENS”, SUA CONSOLIDAÇÃO COMO “PATA ESQUERDA” DO REGIME E SUA POSTERIOR CONVERSÃO EM PRINCIPAL “PARTIDO DA ORDEM”

O PT surgiu como parte de um poderoso ascenso operário que poderia ter transformado as lutas do ABC entre 1978 e 1980 – que se expandiram a outras regiões-chaves do país, ganhando a solidariedade de amplos setores da população – em uma greve geral política de caráter insurrecional pela derrubada da ditadura militar, colocando de pé um governo dos trabalhadores aliados aos camponeses pobres e demais setores explorados e oprimidos da sociedade, baseado em organismos de democracia direta das massas e em milícias a eles subordinados que os defendessem das investidas contra-revolucionárias da burguesia; e implementasse um programa que respondesse às demandas mais sentidas pela população e aos problemas estruturais do país. Entretanto, essa perspectiva estratégica nunca foi colocada. Pelo contrário, a decidida atuação de Lula e demais sindicalistas “autênticos” foi fundamental para manter essas lutas dentro dos marcos econômicos e corporativos, ao mesmo tempo em que “costuravam” com os setores do MDB uma transição pactuada pela via do Congresso biônico. Nesse sentido, o surgimento do PT teve um caráter ambíguo, pois, ao mesmo tempo em que expressava a afluência à vida política e ao classismo de dezenas de milhares de trabalhadores, também foi o desvio deste mesmo processo. Mas essa ambiguidade, justamente pela ausência de uma clara estratégia revolucionária, assentou as bases para a posterior integração do PT ao regime democrático burguês que nascia.¹⁶

¹⁶ Para aprofundar nesse tema, ver *A classe operária na luta contra a ditadura*, Editora Iskra.

Para o PT a greve geral – ao contrário de ser um instrumento de ação política independente da classe trabalhadora, que deveria preparar a insurreição contra o Estado burguês – constituía apenas um mecanismo de pressão dentro dos marcos permitidos pelo regime, em prol da incorporação de algumas demandas e a serviço de aliviar as tensões provenientes da radicalização das bases operárias. Consequentemente, as greves gerais da década de 80 não deveriam coincidir com os agudos processos radicalização da luta camponesa, como na histórica revolta dos boias-frias do Guaíba em São Paulo, nem muito menos enfrentar-se com a repressão policial às lutas operárias e camponesas, pois perigava descambar a elementos mais insurreccionais, como é vivamente demonstrado em diversos documentários sobre as greves de 1978-80.

Sob o signo da continuidade das lutas operárias e populares e ao mesmo tempo de seu desvio, o partido foi consolidando o que chamamos **modo petista de militar**, marcado pela aguda separação entre luta econômica e luta política. Aos sindicatos cabia lutar por emprego e salário; ao partido cabia a política. Esta separação foi justificada por inúmeros intelectuais e pelo próprio Lula como uma estratégia que se diferenciava tanto do stalinismo como da social-democracia e que deveria primar por um suposto “espontaneísmo”, através do qual os trabalhadores e o próprio partido iriam chegar a posições sobre o socialismo e outras questões ao sabor de suas lutas. O vazio de reflexão consciente neste âmbito foi paulatinamente preenchido pela deliberada imposição da disputa eleitoral como o âmbito fundamental da atuação política. A escolha deste reformismo eleitoral como estratégia esteve marcada também pelas reflexões da “democracia como valor universal” (Carlos Nelson Coutinho), da “radicalização da democracia” (diversas correntes internas, mas marcadamente a chamada Democracia Socialista) e de um “socialismo petista” que crescentemente se transformou na prática de governar municípios e orientar todo o partido para esta disputa.

Durante boa parte dos anos 1980, o PT esteve marcado pelas tensões entre o que trazia de classismo proveniente do ascenso operário e a marca crescente da estratégia reformista/eleitoralista, dando expressões contraditórias para sua adaptação ao regime, apesar de que sua evolução de conjunto apontava no sentido da completa integração que ocorreria anos depois. Deste modo, compreende-se como o PT, ao mesmo tempo em que não foi um dos assinantes da lei da Anistia, constituiu-se como um avalista da mesma. Apesar de não ter defendido o voto indireto para a presidência em 1984, assentou as bases para esse pacto na medida em que se diluiu em um movimento policlassista que defendia as “Diretas Já” pela via institucional e impediu que a CUT levasse a cabo sua resolução de greve geral para impor eleições livres pela ação direta das massas. O PT não assinou a Constituição de 1988, mas depois se tornou um defensor da mesma, sem, entretanto, recorrer aos métodos da luta de classes para resistir aos ataques neoliberais que eram desferidos contra ela. Para minar as contradições provenientes de sua origem, a direção majoritária do PT, ao mesmo tempo em que cumpria um papel determinante no desvio do ascenso, expropriando-o politicamente em benefício de sua localização como “pata esquerda” do regime democrático burguês que surgia, destruía os componentes de

democracia operária que se expressavam tanto nos núcleos de base do PT como na estrutura organizativa da CUT.

A burocracia lulista, legitimando “pela esquerda” o pacto de transição “lenta, gradual e pacífica” do regime militar para a “democracia” burguesa, contribuiu para a preservação das instituições repressivas que se forjaram durante os “anos de chumbo” na medida em que nunca levou adiante a luta por uma verdadeira comissão independente de verdade e justiça.

Este processo de integração nos anos 1980 deu um intenso salto nos 1990, como resultado da combinação entre o balanço da derrota eleitoral em 1989 e a crescente adaptação ao novo cenário na luta de classes internacional e nacional (queda do stalinismo, ofensiva neoliberal). Logo após o surgimento do sindicalismo “de resultados” da Força Sindical, foi o próprio PT e a CUT que começaram a atuar no mesmo sentido em seu bastião, o sindicato metalúrgico do ABC. Durante todos os anos 1990 este sindicato – símbolo do ascenso anterior – abre mão até mesmos dos métodos de greves econômicas e corporativas que envolvia as categorias de conjunto e passa a adotar como linha central as chamadas “câmaras setoriais”, em que os acordos coletivos eram negociados ramo por ramo dentro de cada categoria.

O PT que nascera declarando-se contra o regime sindical herdado do varguismo não rompeu com a estrutura legada daquele, e passou a utilizar sua estratégia de separar a luta econômica da luta política, adaptando-se ao sistema das datas-base (que impõe a cada categoria campanhas salariais separadas e com datas pré-definidas) e aceitando as condições impostas pela Justiça do Trabalho (as quais impedem qualquer tipo de radicalização que ataque a propriedade privada dos meios de produção). Desse modo, o petismo naturaliza a subordinação das lutas econômicas da classe operária aos limites corporativos e domesticados impostos pelos “moldes” permitidos pelo regime democrático burguês que surgia. Posteriormente, a burocracia cutista passa a gerir empresas através dos fundos de pensão e se adaptar ao *modus operandi* de um sindicalismo de resultados conciliador com a patronal.

Essa evolução em seus bastiões operários também esteve combinada ao salto de qualidade em consolidar-se como um pilar esquerdo do próprio regime em dois momentos políticos emblemáticos: o Fora Collor e a greve dos petroleiros de 1995. No primeiro, a direção do PT conteve a ação independente das massas e canalizou todo o descontentamento popular para a via institucional do *impeachment* no parlamento para apostar nas eleições de 1994. No segundo, o PT e sua direção máxima, Lula, não só impediram as tendências à greve geral política contra as privatizações e a ofensiva neoliberal, como atuaram contra a greve petroleira declarando à imprensa em rede televisiva nacional que ela deveria terminar.

O PT se consolida como um partícipe – crítico, mas ativo – da própria ofensiva neoliberal através da gestão dos governos estaduais e municipais que assumia, nas quais cumpria rigorosamente os postulados da Lei de Responsabilidade Fiscal, uma das colunas vertebrais dos ataques que estavam em curso. Assim, enquanto discursivamente se opunham ao projeto de FHC, na prática buscavam mediar a forma de implementação do mesmo.¹⁷

17 Para maiores detalhes ver <http://www.ler-qi.org/spip.php?article1880>

Ao longo de sua trajetória, o PT, o lulismo termina utilizando a autoridade conquistada junto às classes exploradas e oprimidas, pelo papel orgânico do PT na direção das principais organizações do movimento de massas, para se gabaritar como o “melhor implementador” dos interesses monopólicos no país.

A partir da chegada de Lula ao governo federal, o PT promove um novo salto de qualidade na “estatização” dos sindicatos e demais movimentos sociais mais representativos do país – MST, a Central de Movimentos Populares (CMP), movimento negro etc. – dando lugar à estratégia do “governo em disputa”. Essa estratégia subentende a desmobilização permanente da classe trabalhadora; ou no máximo admite mobilizações pontuais, isoladas e comedidas por demandas mínimas como “válvula de escape” de pressões da base, canalizadas para um programa que coloca a classe trabalhadora como “massa de manobra” para pressionar o governo contra este ou aquele ataque ou em favor de uma “mudança na política econômica” que beneficie setores descontentes da patronal; cujo paradigma é a redução das taxas de juros e a negociação da dívida pública (essa última secundarizada pela CUT em função dos interesses dos fundos de pensão).

Camuflada pelo discurso de apoio às “grandes mudanças sociais” que vêm “de cima”, de um governo “do povo”, sob o discurso de que “desestabilizar nosso governo é fazer o jogo da direita”, a estratégia do “governo em disputa” se fundamenta na negação da unidade de interesses entre a especulação financeira e a chamada “economia real”, materializada no papel crescente do crédito como pilar do esquema de acumulação capitalista construído após a ofensiva neoliberal, assim como na estrutura dos conglomerados monopólicos que dominam o país. E se fundamenta na negação da relação recíproca que se estabelece entre a estrutura fundiária monstruosamente concentrada, a miséria no campo, as favelas nas cidades, a opressão racista contra o povo negro e o trabalho precário como componentes estruturais do esquema de acumulação capitalista historicamente forjado no Brasil; formando uma massa de mão-de-obra barata que, longe de evoluir lenta e gradualmente para uma “classe média” com condições de vida mais dignas e maiores direitos, flutua entre o desemprego crônico e o trabalho precário de acordo com os ciclos de crescimento da economia.

A estratégia do “governo em disputa” da burocracia cutista e das direções dos movimentos populares é irmã gêmea de toda a propaganda ideológica forjada pela intelectualidade petista para tentar dar um verniz “de esquerda” ao “projeto de país” lulista.

Aprofundar este balanço, que não deixa de ver as transformações e mudanças que foram se acumulando em cada momento, é necessário para tirarmos lições na construção de uma tradição que supere as marcas deixadas pelo petismo na luta de classes, no programa e na estratégia da esquerda.

UM DEBATE DE ESTRATÉGIA COM A ESQUERDA

Nos primeiros anos do governo Lula, quando ainda não havia se assentado o ciclo econômico de crescimento e a conjuntura era relativamente mais instável, com uma

política econômica mais descaradamente neoliberal e ataques como a reforma da previdência, a ruptura de setores das alas à esquerda de dentro do PT que resistiam à sua conversão em “partido da ordem” deu origem ao Partido do Socialismo e Liberdade, o PSOL. Nos seus primeiros anos, esse novo partido ganhou significativa visibilidade com seus parlamentares ainda eleitos sob a legenda do PT, alcançando um importante espaço eleitoral com a candidatura de Heloisa Helena em 2006.

O PSOL foi parte de um fenômeno mundial de surgimento de partidos que buscavam preencher o espaço eleitoral anti-neoliberal deixado pelo giro à direita de PS e PCs (e no Brasil, o PT) como implementadores do “social-liberalismo”. Para preencher esse “espaço”, correntes do movimento trotskista, em especial o Secretariado Unificado, buscaram liquidar sua tradição trotskista em prol dos novos “partidos amplos” sem delimitação estratégica, que apagavam a fronteira entre reformistas e revolucionários.

Apesar de manter uma localização política residual e praticamente insignificante do ponto de vista da relação de forças políticas nacional, o PSOL buscou ocupar o espaço parlamentar de “oposição de esquerda” ao lulismo. Ainda que esse projeto tenha sido fortemente debilitado pelos altos níveis de popularidade de Lula, justamente por ser a única organização política à esquerda do PT no parlamento, não se pode descartar que, frente a um ascenso da luta de classes sob o governo Dilma, o PSOL venha a reuperar certo dinamismo, atraindo setores de trabalhadores, jovens e sem-terras que rompam com o PT.

Depois de o projeto mais descaradamente centro-esquerdista e de viés liberal encabeçado por Heloísa Helena, Luciana Genro e Martiniano Cavalcanti ter entrado em crise pela candidatura de Marina Silva pelo PV em 2010, o PSOL atualmente defende um projeto “nacional-desenvolvimentista” combinado com um “Estado de bem-estar-social”; numa espécie de “reformismo consequente”, mais ligado aos sindicatos e movimentos sociais, tentando resgatar de forma mais genuína o projeto “democrático e popular” que constituiu o PT antes da chegada de Lula ao governo federal. Esse projeto, encabeçado pela corrente Ação Popular Socialista, de Ivan Valente e Chico de Alencar, busca recauchutar a “estratégia de desgaste”, com o objetivo de conquistar gradualmente espaços dentro da democracia burguesa para avançar de forma pacífica – e a perder de vista – para uma sociedade “socialista”.

Para a maior parte do PSOL, a inflexão que significou a perda do PT como um partido de referência da esquerda ocorreu em algum momento indeterminado entre 2001 e 2005, onde o PT e seus principais dirigentes teriam ouvido o “canto de sereia do Capital”. Divergem se o momento de inflexão teria sido a “Carta aos Brasileiros” de 2002 (em que se prometeu honrar todos os compromissos com o imperialismo), a reforma da previdência de 2003, ou o Mensalão em 2005. A conversão teria sido um subproduto da falta de “disposição moral” e “vontade” por parte da cúpula do PT para implementar seu “programa histórico” (aqui, nem mesmo se trataria do programa do “PT das origens”, mas sim o programa já feito sob medida para um “governo anti-neoliberal” nos marcos capitalismo). O PT até 2001 ou 2005 seria um partido em disputa, com um programa que os trabalhadores deveriam defender. Com este balanço, buscam ocultar todas as traições prévias à ruptura, que dolorosamente serviriam como um espelho de todas as capitulações que as próprias direções

do PSOL tiveram, abandonando os princípios da independência de classe em prol da “unidade” com os que hoje estão no Palácio do Planalto.

Como não foi construído em um momento de ascenso da luta de classes, e sim em uma situação não revolucionária, e como norteia sua orientação por uma estratégia eleitoralista, o PSOL não conseguiu se ligar às bases sociais do PT nos sindicatos e movimentos sociais. Essa ausência de uma base operária, como tinha o PT em sua origem, combinada ao predomínio de setores pequeno-burgueses e de classe média, e somada às pressões do regime que são exercidas nesse partido pela via do parlamento, é o que faz com que o PSOL tenha, em distintos aspectos (como na defesa de um salário mínimo muito aquém do Dieese ou de uma negociação da dívida pública ao invés do não pagamento), um programa bem rebaixado inclusive em relação ao que foi o “PT das origens”.

Por seu eleitoralismo (que conta com coligações e apoios junto ao PT em eleições sindicais e parlamentares, além de pactos espúrios com o PSDB e o DEM no parlamento) e por não querer se enfrentar contra a popularidade do lulismo, o PSOL se faz completamente impotente para combater o “projeto de país” dos monopólios de commodities e do trabalho precário. Nesse sentido, o projeto levantado pelo PSOL não pode se constituir como uma alternativa aos setores da classe trabalhadora e da juventude que decidem romper com o lulismo.

O derrotismo de toda a esquerda brasileira em relação à potencialidade revolucionária do movimento operário de se constituir como um sujeito político independente para liderar o povo explorado e oprimido na luta pela resolução dos problemas estruturais do país e assentar as bases da planificação da economia não caiu do céu, e tampouco é inexplicável. Toda a esquerda é portadora de uma visão extremamente equivocada ou complacente dos erros e acertos cometidos pelas direções operárias frente aos dois momentos mais agudos da história da luta de classes do país, e por isso terminam lançando sob as costas da classe trabalhadora uma impotência completamente injustificada. Uma leitura profunda e realmente crítica desses processos evidencia a enorme potencialidade revolucionária das massas operárias e camponesas do país, que não puderam se desdobrar em genuínas revoluções devido à política nefasta levada adiante, primeiro pelo PCB, e depois pelo PT. Como poderia a classe operária liderar o ascenso camponês de 1955-64 com sua direção apoiando um dos maiores latifundiários do país? Como poderia a classe operária liderar a derrubada revolucionária da ditadura militar enquanto sua direção restringia as greves a um caráter econômico e corporativo ao mesmo tempo em que negociava uma transição pacífica e institucional com setores da burguesia e dos militares?

Boa parte dos ideólogos que hoje desconsideram a possibilidade da classe operária constituir-se como um sujeito político independente, participaram, direta ou indiretamente, da orientação política que, seja nos anos pré-1964 ou na transição dos 1980, colocando a classe trabalhadora a reboque deste ou daquele setor da burguesia.

O PSTU, apesar de não ter praticamente nenhuma presença política superestrutural e não interferir na relação de forças nacional, pelo peso sindical que mantém desde o ascenso de greves dos anos 1970-80 e pela legalidade partidária conquistada antes da reforma eleitoral, tem uma presença significativa entre setores da esquerda.

Depois de que, com o surgimento do PSOL, foi derrotado seu projeto histórico de formar um partido junto com setores da esquerda do PT, o PSTU se lançou em um projeto político-sindical a partir da Conlutas (e no movimento estudantil primeiramente a partir da Conlute e posteriormente da Anel), ao redor da qual buscou apoiar-se em seu peso sindical para aglutinar setores que rompiam com o petismo ou despertavam para o ativismo e disputar/negociar em melhores condições os espaços políticos à esquerda do lulismo com o PSOL.

Em 2010, o PSTU sofre duas derrotas significativas: fracassa sua tentativa de se unificar com setores de PSOL em uma mesma central sindical e tem um péssimo resultado eleitoral com a candidatura independente de Zé Maria, frente aos quais ainda busca se recuperar.¹⁸

O PSTU defende uma estratégia que, no discurso e no papel, busca articular a “mobilização das massas” e a “construção do partido” com a revolução socialista; mas, na prática política concreta, essa articulação política desaparece, cedendo lugar à elevação das táticas de atuação nos sindicatos e entidades estudantis, assim como de unidade da esquerda, como sua real estratégia. Isso se dá em função da concepção teórica objetivista própria da tradição política reivindicada pelo PSTU (o *morenismo*, fundado pelo trotskista argentino Nahuel Moreno), na qual, pelas condições objetivas do capitalismo e da luta de classes em nível mundial, tudo sempre tende a ir à esquerda (tudo são “vitórias”), independente da direção, do programa e da estratégia.¹⁹ Esta concepção se conecta a uma orientação de que a chave seria construir o partido, por um lado, e mobilizar as massas por outro, de maneira desligada. Esta orientação de “se ligar às massas” independente da situação política e da subjetividade daquelas, faz com que o PSTU renuncie à tarefa preparatória de gerar uma vanguarda marcada por uma prática política revolucionária, o que necessita muitas vezes o enfrentamento – e não a adaptação – com o nível de consciência vigente. Em sua atuação sindical, a prática política desta organização se marca por uma corrida desenfreada para estar nas direções dos aparatos sindicais e desta forma “ser de massas”, ainda que isso implique, em tempos de pouca radicalização do conjunto classe trabalhadora e das massas, em constituir frentes com representantes de partidos burgueses, como é o caso da chapa vencedora no sindicato dos metroviários de SP. Com isso, ao contrário de estes sindicatos se constituírem em centros de gravidade de onde deveria emanar uma política revolucionária para forjar alas de vanguarda da classe trabalhadora a partir de uma prática política que questione concretamente o modo petista de militar (com suas greves corporativistas e de pressão), estar nestes sindicatos termina sendo, muitas vezes, uma pressão à adaptação. Assim, nos discursos partidários, o PSTU propagandeia a revolução socialista e várias demandas programáticas corretas, mas sua prática política cotidiana

18 O PSTU mobilizou enormes energias partidárias e muita expectativa militante no Congresso de fundação da nova central sindical, que era dado como praticamente certo e explodiu por motivos menores, expressando a debilidade das bases programáticas que haviam sido construídas. Nas eleições de 2002, última vez que tinha saído com candidato independente, Zé Maria havia tido mais de 400 mil votos. Em 2010, teve 84 mil.

19 Para uma crítica à teoria *morenista* que norteia o PSTU, ver “Polémica con la LIT y el legado teórico de Nahuel Moreno”, *Revista Estrategia Internacional* N° 3, Dezembro de 93/Janeiro de 94. http://www.ft.org.ar/estrategia/ei3polemica_con_moreno.html

gira em torno aos calendários pré-definidos por fora da luta de classes: datas-bases, marchas, encontros e congresso sindicais e estudantis, fóruns de unidade com a esquerda, eleições sindicais e parlamentares. Nas organizações do movimento de massas, o PSTU prioriza o programa mínimo de consenso com as direções reformistas para garantir a “unidade”, deixando a luta pela independência de classe para os discursos e jornais partidários.

Uma expressão paradigmática da adaptação do PSTU ao regime democrático burguês se encontra no problema estratégico de posicionamento dos revolucionários frente ao aparato repressivo do Estado. Abandonando a tradição marxista revolucionária, o PSTU faz amálgamas entre posições reformistas e revolucionárias em seu programa. Em certos momentos, defende a dissolução da polícia (uma posição revolucionária), para logo depois defender posições completamente reformistas, como fundar uma nova polícia supostamente democrática e civil, controlada por sindicatos e associações de moradores (desarmados) e eleição de chefes (como ocorre com os xerifes norte-americanos). Esta tensão centrista em seu programa é acompanhada de uma debandada maior na estratégia política, pois, frente a recorrentes motins policiais e de bombeiros abandonam seu programa eclético e fazem coro em defesa dos “heróis”, junto a reacionários defensores da ditadura como Bolsonaro e também os parlamentares do PSOL. Não será colando fitinhas vermelhas em policiais que os revolucionários vão rachar as forças armadas e dissolver as forças direta e atualmente repressivas como a polícia, mas sim com a ação revolucionária das massas armadas. Seu apoio aos motins, ao contrário de forjar estrategicamente uma vanguarda na independência de classe, educa milhares de trabalhadores e jovens a confiar em seus repressores de amanhã.

Em seu balanço do que significou a experiência com o PT, o PSTU sempre marcou a inflexão em algum lugar entre 1989 e 1991, quando o PT teria começado a assumir a gestão de prefeituras importantes. Até muito pouco tempo atrás o PSTU ainda reivindicava um “PT das origens” (indefinido, supõe-se de algum momento dos anos 1980) e um programa das “bandeiras históricas do PT”; e defendia que a expulsão da Convergência Socialista de dentro do PT teria sido uma mostra da burocratização deste partido. Na sua visão, sem a Convergência, o PT não poderia mais que trilhar o caminho fatal até o lulismo tal como conhecemos hoje. Depois de o lulismo ter assumido a forma dos monopólios e do trabalho precário e o PSOL ter ocupado o espaço de continuador do “petismo clássico”, o PSTU parou de reivindicar o PT das origens e até mesmo chegou a criticá-lo. Mas, ainda assim, o PSTU nunca fez a crítica de que o PT separava o econômico do político; de que com sua estratégia corporativista para as greves impediu que elas se transformassem em movimentos políticos contra a ditadura; de que a própria Convergência Socialista se negou na prática à luta por uma insurreição da classe operária contra a ditadura, adotando para si como linha central o movimento policlassista pelas Diretas Já, junto com grandes figuras burguesas como Ulysses Guimarães. O balanço do PSTU (seja em sua versão atual ou na anterior) coloca os problemas organizativos e metodológicos à frente dos problemas de programa e estratégia, subordinando estes últimos aos primeiros.

No fundo, o PSTU tenta encobrir o fato de que a Convergência Socialista, assim como a totalidade das correntes trotskistas da época, não só se abstiveram de

combater consequentemente a estratégia da burocracia lulista, mas permaneceram longos anos dentro do PT, adaptando-se ao modo petista de militar, seja pela via do parlamento ou dos sindicatos. Apesar de que os revolucionários deveriam sim ter entrado no PT para buscar fundir um programa e uma estratégia revolucionária com as centenas de milhares de trabalhadores que despertavam para a vida política e para o classismo e reconheciam nesse partido uma ferramenta política própria, essa tática não poderia se dar por fora de um combate à morte contra a estratégia da burocracia lulista; combate esse que, na medida em que não conseguisse impor um curso revolucionário à direção do partido, deveria dar lugar à ruptura com o mesmo já nas primeiras grandes traições (como na suspensão da greve geral pelas Diretas Já), arrancando uma fração revolucionária de seu interior para construir uma nova alternativa ligada ao peso que a esquerda trotskista conquistou na CUT; preparando uma vanguarda politicamente independente do PT e de Lula para resistir de forma consequente à ofensiva neoliberal e chegar melhor posicionada para enfrentar o lulismo.

Sem um balanço sério do que significou essa experiência, será impossível superar o modo petista de militar e construir uma vanguarda revolucionária no Brasil, pois os partidos revolucionários, como ensinou Trotsky, se provam frente aos grandes acontecimentos da luta de classes.

Ao se adaptar permanentemente ao PSOL, seja no âmbito da Frente de Esquerda eleitoral, seja no âmbito da unidade ente a Conlutas e a Intersindical (colateral sindical do PSOL), o PSTU não tem se proposto a constituir uma nova tradição que rompa com o velho modo petista de militar e a partir daí possa oferecer uma alternativa aos setores que se desiludem ou rompem com o petismo, baseada nos métodos da luta de classe e na luta para que o proletariado emergja como sujeito político independente da burguesia.

Com tantos anos participando das direções dos sindicatos em comum com a burocracia lulista, apesar de no discurso e no papel a esquerda anti-governista se colocar contra a divisão das fileiras operárias em distintas categorias e entre efetivos e terceirizados, nos sindicatos que atualmente dirigem não são capazes de dar exemplo concretos de grandes combates contra a precarização do trabalho ou pela unificação de distintas categorias em luta, que possam servir como referência para uma reorganização de setores de vanguarda, nem muito menos de contribuir para o desenvolvimento de tendências classistas quando surgem levantamentos de trabalhadores precários como na recente revolta de Jirau.

Muitos jovens e intelectuais desiludidos com o PT, sem enxergar alternativas no PSOL nem no PSTU, se refugiam em um “marxismo acadêmico” completamente descolado da luta de classes; ou se ligam, com espírito autonomista, a movimentos sociais como o MST, movimentos de moradia ou outros mais efêmeros, como se fossem contribuir com seu conhecimento e sua solidariedade para a construção de “sociabilidades coletivistas” em comunidades isoladas ou para a defesa das demandas desses setores por fora de uma luta frontal contra o Estado. Assim, terminam refêns do gerenciamento das migalhas dadas pelo Estado ou do beco sem saída da estratégia de conciliação de classes que norteia as direções desses movimentos.

O PAPEL DA LER-QI NA CONSTRUÇÃO DE UM PARTIDO REVOLUCIONÁRIO NO BRASIL

É necessário lutar por uma estratégia de preparação de setores de vanguarda da classe operária e da juventude para grandes batalhas de classe, que hoje não estão colocadas, mas que seguramente se desenvolverão como subproduto das contradições estruturais do país e dos próximos impactos da crise econômica mundial, cujas crises e instabilidades Dilma terá muito mais dificuldade para controlar do que teve Lula. Essa preparação exige uma educação de setores de vanguarda da classe trabalhadora e da juventude num programa que responda às demandas mais sentidas dos setores mais explorados e oprimidos da população e às contradições estruturais do país e numa estratégia para transformar esse programa em força material. Uma militância que não tem nada a ver com o rotineirismo sindicalista das datas-bases salariais e greves corporativas de cada categoria, nem tampouco com levantar demandas mínimas estudantis sem questionar o caráter elitista e racista das universidades do país, mas sim que significa lutar da forma mais combativa e radical por cada demanda mínima, ligando-a a um programa que permita forjar alianças entre os setores explorados e oprimidos e transformar as greves econômicas ou lutas parciais em verdadeiras batalhas de classe que se enfrentem contra os governos, o regime e o Estado burguês. Batalhas essas que devem ter como objetivo estratégico de primeira ordem forjar a unidade entre as categorias mais organizadas da classe operária brasileira, os setores mais precários da classe trabalhadora e o movimento estudantil combativo, militando, seja nos momentos de “paz” ou em cada luta parcial, para que se deem passos adiante na constituição de pautas de reivindicações comuns e organizações comuns que forjem a unidade entre esses setores. Uma militância que prepare a juventude e o movimento estudantil para se ligar às lutas mais avançadas da classe operária, colocando seu conhecimento e sua solidariedade a serviço do triunfo de cada luta; ao mesmo tempo em que prepara os setores de vanguarda da classe operária para que estes levantem as demandas dos demais setores oprimidos da sociedade.

É necessário lutar por um programa de independência de classe, não apenas para as folhas de jornal e os encontros partidários e sindicais, mas no exercício concreto da luta de classes e na militância cotidiana nas estruturas de trabalho e ensino, para forjar a aliança de estudantes e trabalhadores, de efetivos e terceirizados, realizando um trabalho preparatório em “tempos de paz” para poder transformar as ideias em força material nos “tempos de guerra”. Hoje, devido à centralidade do trabalho precário não só no esquema de acumulação do capital, mas também na divisão das fileiras operárias, nenhuma luta econômica pode se dar separada da luta pelo fim da precarização e a reunificação das fileiras da classe. Os sindicatos da Conlutas têm a obrigação de preparar o terreno para colocar de pé grandes batalhas de classe que obtenham conquistas reais nesse âmbito, transformando-se em exemplos nacionais que permitam impactar as bases dos sindicatos da CUT e da Força Sindical, impulsionando lutas que varram a burocracia sindical e retomem os sindicatos como ferramentas de luta.

A partir da LER-QI, em nossa atuação como direção minoritária do Sintusp e em nosso papel entre os estudantes da Unesp, buscamos aportar na construção dessa nova tradição para o movimento operário e o movimento estudantil. É o que se expressa quando o Sintusp não só se destaca como um dos sindicatos mais combativos e radicais do país – uma clara contra-tendência no mar de conformismo lulista –, mas também quando este dá mostras de um sindicalismo não corporativo, que liga as demandas econômicas de sua categoria com a luta política em defesa da universidade pública e contra a terceirização, assim como com a luta democrática contra a repressão; aliando-se com setores do movimento estudantil e da intelectualidade de esquerda, buscando transformar cada conflito em “escolas de guerra” (no sentido leninista do termo), na preparação de uma vanguarda para os futuros embates da luta de classes, combatendo permanentemente pela auto-organização e a auto-determinação dos setores em luta. É o que se expressa quando setores do movimento estudantil das universidades estaduais paulistas aos quais nos ligamos não só se destacam pela sua combatividade e radicalidade, mas também por se colocarem como aliados de primeira ordem do movimento operário em luta, combatendo as benesses do mundo acadêmico e do corporativismo das entidades estudantis e entregando-se aos combates da classe trabalhadora no intuito de contribuir para que sejam vitoriosos, assim como dando exemplos de combate pelas bandeiras democráticas, como a luta contra o a homofobia, o machismo e a repressão.

Essas são batalhas que buscamos dar não somente a partir de nossos aportes em programa, estratégia e energia revolucionária na luta de classes, mas também no plano das ideias, na luta teórica contra a ideologia dominante e seus agentes na academia ou no movimento operário, trabalhando para resgatar os fios de continuidade com a tradição marxista revolucionária, não só na prática, mas também na recriação do marxismo ligado aos desafios de nossa época, retomando o legado de Lênin e Trotsky.

As batalhas que travamos nas estruturas em que militamos e através de nossos instrumentos de propaganda, buscamos transformá-las em luta política de programa, estratégia e tática junto aos demais setores da esquerda em todo o país, buscando nos fundir com os melhores setores que se destaquem nos processos da luta de classes e busquem superar os resquícios da tradição petista que permanecem encrustados nas organizações de esquerda, na perspectiva de forjar uma vanguarda à altura dos grandes desafios da luta de classes que estão por vir. É o que motiva nossa atuação como ala esquerda da Conlutas e da Anel, nas lutas políticas que damos a cada processo real da luta de classes, assim como nos seus encontros e congressos.

A construção de um partido revolucionário no Brasil, composto pelos setores de vanguarda da classe trabalhadora e da juventude que se coloque como uma alternativa à altura do projeto de país dos monopólios e do trabalho precário exige forjar uma nova tradição revolucionária que lute consequentemente pelas demandas dos setores mais precários da classe trabalhadora, buscando reunificar as fileiras operárias divididas pelo neoliberalismo; exige ligar organicamente essas demandas com um programa capaz responder estruturalmente aos interesses dos setores mais explorados e oprimidos do campo e da cidade – que permita acabar definitivamente com a realidade de pobreza, desemprego e favelas – estabelecendo condições de emprego,

saúde, moradia, educação e transporte – enfim, de vida – que sejam dignas para todos, com uma reforma agrária e urbana radicais; exige fundir esse programa com a luta contra a opressão ao povo negro para acabar definitivamente com o racismo; exige lutar pelos direitos democráticos elementares dos setores duplamente oprimidos da população, como as mulheres e homossexuais; exige lutar pelo julgamento e punição dos algozes da ditadura militar, pela dissolução das forças de repressão do Estado e pela auto-defesa dos explorados e oprimidos; exige preparar as condições para a expropriação dos grandes monopólios, sob controle dos trabalhadores, colocando-os a serviço dos interesses da maioria da população; exige forjar um internacionalismo militante que se ligue organicamente com as lutas dos povos explorados e oprimidos em todo o mundo.

Para construir essa nova tradição, é necessário superar o dualismo que marcou toda a esquerda que se reivindica revolucionária sob o petismo, no qual os problemas estratégicos ficam para a discussão partidária interna ou para pequenos círculos de vanguarda, enquanto na prática da militância cotidiana nas organizações do movimento de massas prima o rotineirismo e o oportunismo sindicalista e eleitoralista (sempre sob o mantra de minimizar questões estratégicas em um discurso de que tudo é “tático”), sem que se consiga forjar uma vanguarda da classe operária que possa emergir como sujeito político de sua própria emancipação.

Todas essas distintas batalhas devem estar a serviço de construir as condições para a tomada do poder pela classe trabalhadora em aliança com os camponeses pobres e a maioria explorada e oprimida da população, assentando as bases de um novo tipo de Estado, baseado em organismos de democracia direta das massas, que lute pela revolução socialista em nível mundial. Sem essa estratégia de conjunto, estaremos fadados a novas derrotas e novos fracassos como na experiência stalinista do “Partidão” ou no petismo.

Essa perspectiva nacional é parte orgânica da perspectiva internacional que nos colocamos como integrantes da Fração Trotskista – Quarta Internacional, como desenvolvido nos demais artigos dessa revista.

Levar adiante de forma apaixonada esse conjunto de difíceis tarefas é o que pode assentar as bases para a construção de um partido revolucionário que possa cumprir um papel decisivo nos próximos ascensos da luta de classes no Brasil.

Nesse artigo, explicitamos o que para nós são algumas bases fundamentais que dão fôlego a essa perspectiva e nos guiam nessa tarefa. É com base nelas, para aportar nesse projeto político, que chamamos os setores de vanguarda da classe operária e da juventude a construir a Liga Estratégica Revolucionária – Quarta Internacional.

Junho de 2011